



Relatório de Atividades - 2009

.....

Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social

Presidência da República

Vice-Presidência da República

Secretaria de Relações Institucionais

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Relações Institucionais - SRI
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009

Brasília, março de 2010

Secretária

Esther Bemerguy de Albuquerque

Diretoria de Gestão

Diretor

Ronaldo Küfner

Gerente de Projeto

Raquel de Albuquerque Ramos

Gerente de Projeto

Luiz Carlos Emanuel Osório

Gerente de Projeto

Eduardo Almeida

Auxiliar Técnico

Karen Vaz Silva

Diretoria de Políticas de Desenvolvimento

Diretor

Adroaldo Quintela Santos

Assessora Técnica

Patrícia da Silva Pego

Secretária Adjunta

Ângela Cotta Ferreira Gomes

Diretoria de Tecnologia de Diálogo Social

Diretora

Ana Lúcia de Lima Starling

Gerente de Projeto

Maria França e Leite Velloso

Gerente de Projeto

Rosa Maria Nader

Diretoria Internacional

Diretora

Maria Luíza Falcão Silva

Especialista

Cristina Ribeiro Fernandes Quadra

Anexo I – Ala “A”, sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393
Brasília – DF – CEP: 70.150-900
cdes@planalto.gov.br www.cdes.gov.br

Disponível em: CD-ROM
Disponível também em: <<http://www.cdes.gov.br>>
ISSN:
Tiragem: 500 exemplares

Impresso no Brasil

Catálogo feita pela Biblioteca da Presidência da República

A265

Relatório de Atividades. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2010.
76p.
1. Desenvolvimento econômico – diretrizes – Brasil. 2. Desenvolvimento social – diretrizes – Brasil. I. Título.

CDD – 330.981

Índice

Composição do CDES (2009/2011)	5
Apresentação	7
Atividades desenvolvidas em 2009	9
Reuniões do Pleno do CDES	15
Comitê Gestor	25
Reunião de Monitoramento da Crise Internacional	27
GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento	29
GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental	31
GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica	35
GT Ciência e Tecnologia	37
Observatório da equidade	39
Atividades internacionais	43
Outras atividades	47
Anexos	
<u>Moções</u>	
Moção sobre Sustentabilidade e Eficiência Energética	53
Moção sobre Mudança do Clima	54
Moção sobre o Pré-Sal	55
Moção sobre o Fortalecimento de Cooperativas	57
<u>Parecer</u>	
Parecer sobre Investimentos	61
<u>Documentos</u>	
Declaração Final da Primeira Mesa-Redonda Conjunta Brasil – Rússia	65
Relatório sobre Sustentabilidade e Eficiência Energética	67
Declaração Final da Primeira Mesa-Redonda da Sociedade Civil UE – Brasil	73



Composição do CDES (2009/2011)

Presidência da República
Vice-Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Comitê Gestor

Conselheiros – Sociedade Civil

Abilio Diniz - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar
Adilson Antônio Primo - Presidente da Siemens do Brasil e Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE)
Adilson Ventura - Membro da União Brasileira de Cegos (UCB)
Alberto Broch - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Altemir Tortelli - Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul)
Amarílio Proença de Macêdo - Presidente das Empresas J. Macêdo
Antoninho Marmo Trevisan - Presidente das Empresas Trevisan
Antonio Carbonari Netto - Reitor do Centro Universitário Anhanguera
Antonio Carlos Rego Gil - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM)
Antonio Carlos Valente da Silva - Presidente Executivo do Grupo Telefônica do Brasil
Antônio Fernandes Neto - Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)
Arildo Mota Lopes - Presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL)
Artur Henrique da Silva Santos - Presidente Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Augusto Canizella Chagas - Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)
Bruno Ribeiro de Paiva - Diretor Executivo do Instituto Dom Helder Câmara (IDHEC) e Advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE)
Candido Mendes - Reitor da Universidade Candido Mendes
Carlos Gilberto Cavalcante Farias - Presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool da Bahia
Cláudio Elias Conz - Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO)
Clemente Ganz Lúcio - Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Daniel Feffer - Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.
Danilo Pereira da Silva - Presidente da Força Sindical de São Paulo
Enilson Simões de Moura (Alemão) - Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Fabio Colletti Barbosa - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e do Grupo Santander Brasil
Fernando José Cardim - Professor Titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Germano Rigotto - Consultor, ex-governador do RS, ex-deputado federal
Humberto Mota - Presidente da Associação das Empresas Concessionárias dos Aeroportos (ANCAB) e da Dufry South América
Ivo Rosset - Presidente das Empresas Rosset & Cia Ltda e Valisère Ind. & Com Ltda
Jackson Schneider - Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Jacy Afonso de Melo - Secretário de Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
João Batista Inocentini - Presidente do Sindicato dos Aposentados do Brasil
João Bosco de Oliveira Borba - Presidente da Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA)
João Elisio Ferraz - Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG) e da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG)
João Paulo dos Reis Velloso - Presidente do Fórum Nacional - Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)
Jorge Gerdau Johannpeter - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau
Jorge Nazareno Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região
José Antônio Moroni - Membro do colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e da Direção Nacional da Associação Brasileira de ONGs (ABONG)
José Carlos Cosenzo - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)
José Carlos Bumlai - Produtor Rural
José Lopez Feijóo - Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
José Vicente - Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e Presidente da Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento (AFROBRAS)
Joseph Couri - Presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI)
Juçara Maria Dutra - Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Vice-Presidente da Internacional da Educação (IE)
Laerte Teixeira da Costa - Secretário de Políticas Sociais da Confederação Sindical dos Trabalhadores(as) das Américas e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Lincoln Fernandes - Presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)



Luiz Aubert Neto - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)
Luiz Demétrio Valentini - Presidente da Cáritas Brasileira
Luiz Eduardo Franco de Abreu - Diretor Presidente das Empresas do Grupo NSG
Luiza Helena Trajano Rodrigues - Presidente da Rede Magazine Luiza
Manoel José dos Santos (De Serra) - Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Manoel Silva da Cunha - Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)
Marcelo Neri - Economista Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV)
Márcio Lopes de Freitas - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Marcos Jank - Presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)
Maria Elvira Ferreira - Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais
Maurício Botelho - Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER)
Maurílio Biagi - Presidente do Grupo Maubisa e Presidente do Conselho de Administração da Usina Moema
Moacyr Auerswald - Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)
Murillo de Aragão - Presidente da Arko Advice Pesquisas
Nair Goulart - Presidente da Força Sindical da Bahia
Naomar Monteiro de Almeida - Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Nelson Côrtes da Silveira - Controlador e administrador da empresa DF Vasconcelos Ltda
Oded Grajew - Conselheiro do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Coordenador do Movimento Nossa São Paulo
Paulo Antônio Skaf - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)
Paulo D'Arrigo Vellinho - Representante da Empresa Granóleo S.A. - Óleos Vegetais
Paulo Godoy - Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)
Paulo Safady Simão - Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
Paulo Speller - Presidente da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB)
Paulo Tigre - Presidente Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)
Raimundo Cezar Britto - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Renato Real Conill - Presidente do Grupo Süd Metal
Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Rodrigo da Rocha Loures - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)
Rogelio Golfarb - Diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação para América do Sul da Ford
Rozani Holler - Cooperativista da Cooperativa de Agentes Ambientais (COOPERAGIR)
Sergio Antonio Reze - Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE)
Sérgio Haddad - Coordenador Geral da Ação Educativa
Sérgio Rosa - Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI)
Silvio Meira - Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fundador do Porto Digital de Recife
Sônia Regina Hess - Presidente da Empresa Dudalina S.A.
Tania Bacelar - Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Vicente Mattos - Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Bahia (SINDUSCON-BA)
Viviane Senna Lalli - Presidente do Instituto Ayrton Senna
Walter Torre Júnior - Presidente da WTORRE S.A.
Zilda Arns - Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa

Conselheiros – Governo

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
 Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais
 Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
 Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
 Ministro de Estado da Fazenda
 Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
 Ministro de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos
 Ministro de Estado das Relações Exteriores
 Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 Ministro de Estado do Meio Ambiente
 Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
 Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
 Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil



Apresentação

É com grande satisfação que apresento o Relatório de Atividades – 2009 do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Minha satisfação se dá por alguns motivos. O primeiro deles é a constatação do nível de comprometimento dos conselheiros com este trabalho. Segundo, os documentos apresentados são de grande relevância para o país e trazem recomendações que certamente poderão ajudar o Brasil a trilhar o caminho do desenvolvimento. Terceiro, pude acompanhar o trabalho do Conselho ao longo destes anos todos e a busca pelo debate sincero sobre temas tão diversos quanto relevantes está dando frutos de alta qualidade.

O ano de 2009 começou com um grande debate sobre desenvolvimento e os novos rumos que ele deve tomar com a explosão da grande crise econômica internacional em 2008. Este debate trouxe à tona a necessidade de se estabelecer um novo papel para o Estado, que deve indicar as prioridades do desenvolvimento do País. E sobre as mudanças no pensamento vigente trazidas pela crise, o Conselho identificou a importância das políticas sociais como instrumentos relevantes para sustentar a estabilidade social, além de terem sido um fator chave para a superação da crise no Brasil.

Em 2009, o Conselho também tratou da exploração de petróleo na camada pré-sal, deixando claro o potencial transformador que esta descoberta pode trazer para o País nas mais diversas áreas. Mas ficou claro que para realizar estas potencialidades será necessário muito debate, planejamento estratégico e investimento.

Este tema está conectado a outro muito bem explorado pelo Conselho no ano que passou: eficiência energética e matriz energética brasileira. O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas, com ênfase em energia renovável. Neste momento, em que o mundo todo se reúne para debater acordos para limpar a matriz energética mundial, o Brasil precisa assumir seu protagonismo e mostrar ao mundo a viabilidade de se caminhar rumo a um mundo com baixas emissões de gases de efeito estufa, com ênfase em energias renováveis.

Também é motivo de comemorações o trabalho sério que vem sendo desenvolvido pelo Observatório da Equidade, que já realizou três ciclos de observação das desigualdades no Brasil e em 2009 concluiu o primeiro relatório “Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional”, que fez um trabalho inédito de análise do sistema tributário brasileiro sob o ponto de vista da desigualdade.

Por fim, mas não menos importante, o CDES deu continuidade ao seu trabalho internacional, participando das atividades da AICESIS – Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares, mas também buscando realizar parcerias com outros conselhos. Fruto deste esforço foram as Mesas-Redondas Brasil-União Européia e Brasil-Rússia, em parceria com o Comitê Econômico e Social Europeu e a Câmara Cívica da Federação Russa. Além disso, o CDES realizou o I Colóquio Brasil-África, em parceria com o governo da Bahia, com o objetivo de identificar as potencialidades e oportunidades para estreitar as relações entre o Brasil e o continente africano.

Este relatório, tenho certeza, dará aos leitores e leitoras uma visão bastante fiel do trabalho realizado pelo Conselho e da dedicação de cada um dos conselheiros e conselheiras que tornam possível a realização de um trabalho tão relevante.

Alexandre Padilha

Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

**Atividades
Desenvolvidas
em 2009**

Atividades Desenvolvidas em 2009

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República priorizou em 2009 o aprofundamento do debate estratégico sobre desenvolvimento, a partir das mudanças ocorridas no País nos últimos anos e das complexas variáveis do cenário internacional atual.

Os trabalhos do Conselho se voltam, então, para o entendimento das variáveis da conjuntura e a oportunidade de consolidação de um modelo desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável; e para a geração de contribuições em torno dos temas que considera relevantes para este modelo: a infraestrutura, a matriz energética, a política tributária e a educação. Para o CDES, o desenvolvimento, como tarefa compartilhada entre governo e sociedade, pressupõe crescimento econômico, combate às desigualdades e responsabilidade social e ambiental. É importante observar que em todas as reuniões há presença bastante expressiva dos Conselheiros e Conselheiras, conforme os gráficos a seguir.

Presenças nas Reuniões Plenárias Ordinárias

Gráfico 1 – Presença dos Conselheiros em Reuniões Plenárias Ordinárias

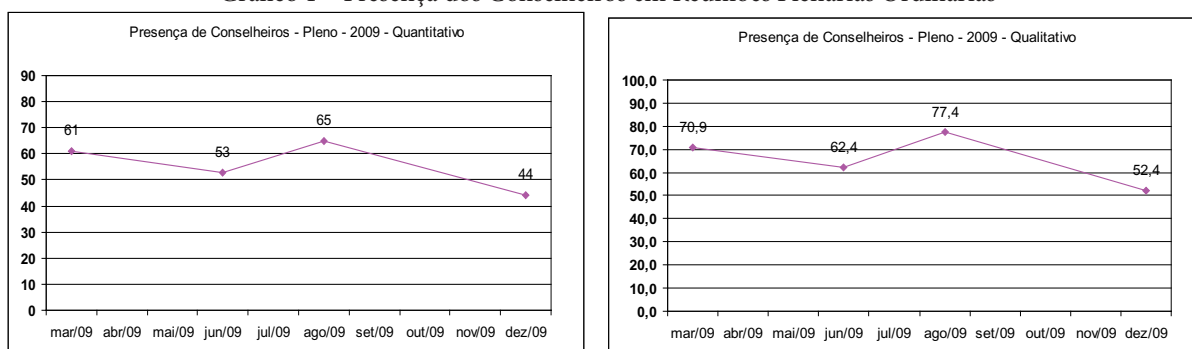
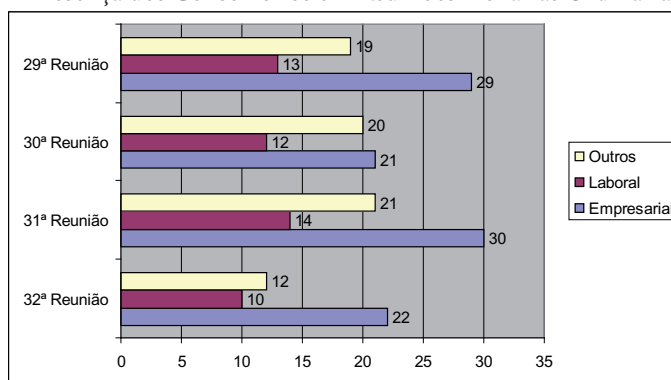


Gráfico 2 – Presença dos Conselheiros em Reuniões Plenárias Ordinárias, por setor



Presenças nas Reuniões Plenárias Extraordinárias

Gráfico 3 – Presença dos Conselheiros em Reuniões Plenárias Extraordinárias

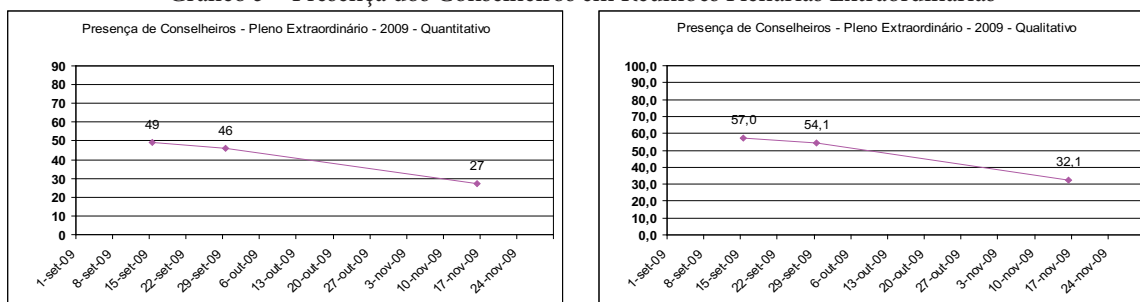
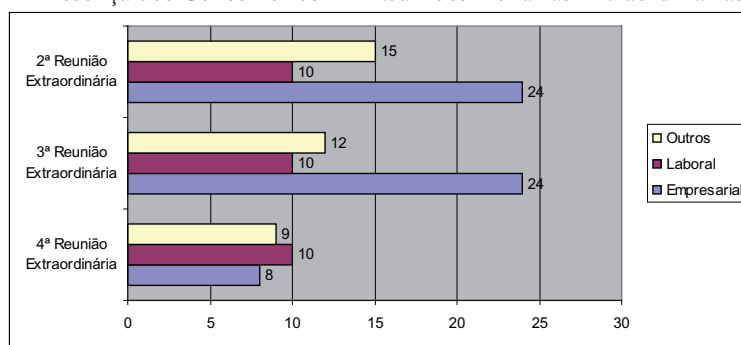




Gráfico 4 – Presença dos Conselheiros Em Reuniões Plenárias Extraordinárias, por setor



Com este sentido, o CDES realizou 75 atividades ao longo do ano de 2009, entre reuniões plenárias (ordinárias e extraordinárias), reuniões de grupos de trabalho, colóquios, mesas-redondas e atividades do Observatório da Equidade.

Foram realizadas sete reuniões plenárias, sendo quatro ordinárias e três extraordinárias. A primeira reunião, que ocorreu juntamente com o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento debateu a crise econômica que se alastrou a partir dos Estados Unidos e a dinâmica brasileira de crescimento econômico com distribuição de renda, ressaltando o papel do Estado como regulador e promotor do desenvolvimento e a construção de uma nova geopolítica mundial, incorporando um conjunto de países no debate e processo decisório. O consenso sobre a importância da rede de proteção social brasileira, geradora de seguridade para os indivíduos e famílias, ao tempo em que orgânica ao esforço de manter a produção, o consumo e, portanto, o fluxo econômico moldou a segunda reunião plenária. Foram debatidos programas como o Bolsa Família, a política de valorização do salário mínimo, Pronasci, Pronaf, entre outros.

As reuniões plenárias do Conselho trataram ainda do desenvolvimento do país em seu sentido mais amplo, com uma reflexão sobre qual o modelo de desenvolvimento deve ser pensado para o Brasil, tendo em vista todas as conquistas obtidas até agora. É preciso pensar em avanços que ampliem a distribuição da renda e da riqueza, que sejam socialmente inclusivos e que levem em conta o respeito ao meio ambiente.

A primeira reunião extraordinária do ano de 2009 comemorou o fim da crise econômica no Brasil e a retomada do crescimento. A tomada ágil de medidas e o constante debate com a sociedade civil e empresarial foram colocadas como aspectos chave para permitir que o país tenha sentido os efeitos mais amenos da grave crise que assolou o mundo.

O plenário do Conselho também se reuniu extraordinariamente para tratar de dois temas de grande importância para o futuro do país: a exploração de petróleo na camada pré-sal e a participação brasileira na 15ª Conferência das Partes em Copenhague, Dinamarca, em dezembro.

Sobre o primeiro tema ficou claro que a nova descoberta de petróleo na camada pré-sal abre um grande leque de oportunidades para que o Brasil desenvolva toda a cadeia produtiva, gerando riquezas e oportunidades para o desenvolvimento do País. Mas é preciso que haja um planejamento sério para que todas as oportunidades possam ser bem aproveitadas. Além disso, é importante que o Brasil mantenha em sua matriz energética os combustíveis renováveis.

Durante a reunião que marcou o debate dos conselheiros sobre a participação brasileira na 15ª Conferência das Partes em Copenhague, na Dinamarca, os conselheiros aprovaram uma Moção com algumas recomendações, entre elas: 1) apoio ao compromisso brasileiro de redução das emissões no intervalo compreendido entre 36,1% e 38,9%; 2) apoio à posição do governo brasileiro de cobrar nas negociações uma pronta definição, por parte dos países desenvolvidos, quanto ao aporte de recursos financeiros para viabilizar ações de mitigação e de adaptação em países em desenvolvimento, detentores de crédito climático e ambiental; 3) defesa para que o Brasil continue avançando para uma economia verde e de baixas emissões de carbono; 4) convicção de que a educação e a comunicação intensiva, envolvendo toda a sociedade, são condições estruturantes para a sustentabilidade; 5) proposição de um esforço conjunto para o acompanhamento e cumprimento efetivo das metas, envolvendo o governo e os diferentes setores da sociedade.

O Observatório da Equidade, dando prosseguimento ao esforço de acompanhar as políticas públicas sob a ótica da equidade, realizou seu terceiro ciclo de análise da desigualdade na escolarização no Brasil e completou a



primeira observação do tema Sistema Tributário Nacional, fazendo uma avaliação da iniquidade da tributação no Brasil.

O GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental iniciou suas atividades debatendo eficiência energética e educação ambiental nas escolas e universidades, em particular, e na sociedade, em geral. O grupo elaborou, ainda, um relatório sobre sustentabilidade e eficiência energética, com algumas recomendações e sugestões levando em conta os diversos aspectos que envolvem este tema.

O GT Infraestrutura para o Desenvolvimento se organizou para debater propor alternativas para questões como o financiamento da expansão da infraestrutura; as necessidades para a Copa do Mundo de 2014, os aeroportos, portos, estradas e ferrovias, a habitação e saneamento. Em conjunto com o GT Matriz Energética, pautou o debate sobre o pré-sal.

Sobre os temas relacionados à infraestrutura brasileira, o CDES aprovou um parecer encaminhado ao Presidente da República recomendando um esforço nacional para promover o diálogo entre as instituições brasileiras, bem como os atores sociais em busca de soluções para os problemas que afetam agentes públicos e privados e garantir que a execução e controle de investimentos públicos ocorra em ambiente com segurança jurídica e transparência, na velocidade requerida pelo processo de desenvolvimento do país. Entre as recomendações apontadas no documento, destacam-se: “Fortalecer a capacidade institucional dos gestores e executores de obras, nas diferentes esferas de governo e setor privado, para formulação, gestão e avaliação de projetos; implantando uma cultura do planejamento e de boas práticas administrativas; Analisar e aperfeiçoar o marco regulatório evitando que os órgãos de controle, em sua legítima e importante atuação acabem por definir padrões onde estas deficiências se materializam; e evitando também que os gestores abandonem a postura empreendedora; Modernizar a Lei nº 8.666/93, separando grandes obras e grandes compras de investimentos e compras rotineiras, que poderiam ter padrões definidos em termos de opções de projeto, modelos de convênios e estrutura de governança, permitindo que os técnicos mais qualificados e os órgãos de controle possam se dedicar à gestão e ao compromisso maior com o andamento célere dos projetos de grande impacto; Investir fortemente na integração entre os diversos órgãos de governo e entre os entes federados, para que todos os aspectos sejam levados em conta desde a concepção da ação, entendendo que as políticas públicas tem caráter crescentemente intersetorial / interdimensional”.

Na cooperação internacional, o CDES obteve avanços nas relações bilaterais com instituições similares, tendo realizado a 1ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Européia, em Bruxelas, com a participação do CDES e o Comitê Econômico e Social Europeu - CESE e a 1ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia, em Moscou, fruto do acordo de cooperação entre o CDES e a Câmara Cívica da Federação Russa. Os dois encontros terão continuidade em 2010, no Brasil. Ao fim dos dois eventos foram produzidas Declarações Finais, que serão apresentadas aos governos brasileiro, russo e instituições européias.

O tema do encontro em Bruxelas foi “Impactos sociais da crise internacional e os desafios do desenvolvimento: o papel do Estado e da Sociedade Civil”. Na Declaração Final do Encontro, os conselhos brasileiro e europeu consideraram que “A nova governança global deve submeter as atuações do FMI, do Banco Mundial e dos bancos de desenvolvimento também a condicionais sociais e ambientais. Neste contexto, há que reforçar o papel da OIT”, e também afirmaram que “um verdadeiro desenvolvimento sustentável significa redirecionar os planos para enfrentamento da crise para objetivos sociais e ambientais viáveis. É essencial que as organizações de empregadores e de trabalhadores, bem como todos os outros intervenientes, participem na elaboração e na execução das políticas com vista a superar as crises”.

O tema do encontro em Moscou foi “Crise Econômica Mundial e Proteção Social: as experiências russa e brasileira”. A Declaração Final afirma que “Os participantes da Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia ressaltaram que uma das principais razões da recente crise global é a imperfeição da regulação dos sistemas financeiros globais e nacionais. A crise revelou os defeitos das instituições financeiras multilaterais e subnacionais básicas, que já não correspondem às necessidades da maioria dos países no século XXI. Concordaram sobre a urgência de se fazer uma reforma profunda da regulação econômica global buscando: a eliminação da fragmentação do sistema, maior legitimidade e eficácia, capacidade de antecipar crises e elaborar medidas efetivas para prevenção destas e atenuação das consequências de crises já ocorridas”. O documento recomenda que os “programas sociais e econômicos que se elaboram e se implementam por todos os atores políticos, econômicos e sociais, sejam baseados nos seguintes princípios e prioridades:

- 1) Estímulo ao trabalho decente e reforço à coesão social, redução de desigualdades, afirmação de igualdade de etnias e de gênero, aumento de oportunidades de emprego para a juventude;



- 2) Desenvolvimento de projetos de utilização de fontes de energia renováveis, de atividades científicas, de pesquisa e de inovações tecnológicas;
- 3) Avaliação do nível de influência dos projetos em relação à preservação do meio ambiente e das mudanças do clima;
- 4) Considerar a criação e o desenvolvimento de capacidades como um elemento essencial do desenvolvimento do sistema de proteção social, como um recurso para o desenvolvimento;
- 5) Reforçar o diálogo com os parceiros sociais e com outras organizações da sociedade civil durante a elaboração e a realização destes programas;
- 6) Realização do potencial de criação de empregos verdes”.

Além disso, o CDES participou da Assembléia Geral da AICESIS, em Budapeste, e da Reunião do Conselho de Administração da Associação, ocorrido em Moscou.

Em 2009, o Conselho participou do XIV Congresso Internacional do CLAD, apresentando dois painéis com os seguintes temas: “O desenvolvimento é necessariamente um processo de concertação” e “Metodologia participativa na construção de ferramenta para acompanhamento da política tributária no Brasil: a experiência do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”.

Também é importante destacar a realização do I Colóquio Brasil-África, que ocorreu em Salvador/BA, em uma parceria entre o CDES e o governo do estado da Bahia. Durante o evento foi possível debater os atuais desafios para a interação entre o Brasil e o continente africano, com a proposição de recomendações para efetivar o potencial de cooperação e ação comum, como foco no desenvolvimento.

A seguir estão listadas as atividades realizadas ao longo de 2009 pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Reuniões do Pleno do CDES

29ª Reunião Ordinária - Seminário Internacional sobre Desenvolvimento

Data: 05 a 06/03/2009

Horário: 09h00 às 18h00

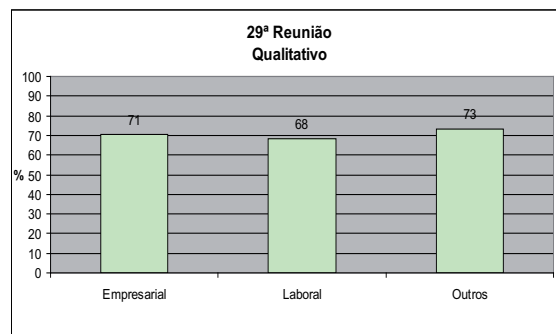
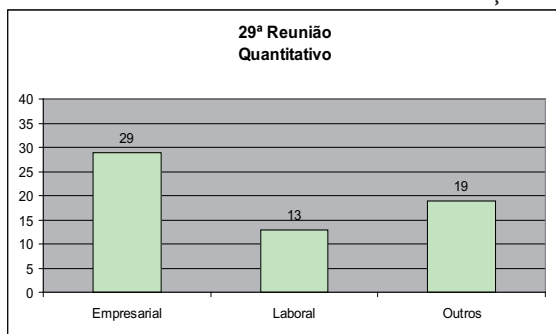
Local: Brasília Alvorada Hotel, Brasília/DF

Tema: Novo Padrão de Desenvolvimento

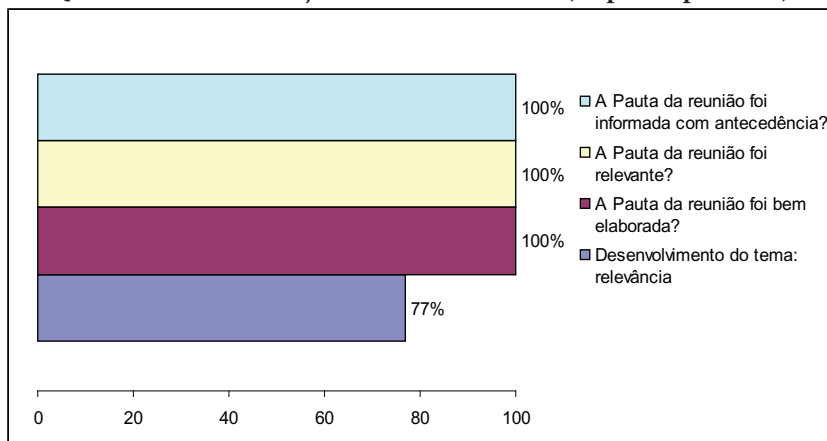
Presenças:

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
- Ministros e Secretários-Executivos: Antonio Roberto Lambertucci; Arlete Avelar Sampaio; Dilma Rousseff; Guido Mantega; Henrique Meirelles; Jorge Armando Félix, Gen.; José Múcio Monteiro; Miguel João Jorge Filho; Orlando Silva;
- 60 Conselheiros;
- 342 convidados.

Presenças Reunião Ordinária



Questionário de avaliação 29º Pleno do CDES (respostas positivas)



Para marcar a primeira reunião plenária de 2009, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social promoveu o “Seminário Internacional sobre Desenvolvimento”, com o objetivo de reunir especialistas para debater os novos rumos do desenvolvimento, dada a nova conjuntura internacional de grave crise econômica. Durante o evento, ficou claro que o Brasil ocupa posição mais confortável que outros países e deve sentir os efeitos da crise com menos intensidade e, muito provavelmente, será capaz de reverter a situação desfavorável antes que outras economias. Os debates mostraram ainda que será preciso rever o papel do Estado diante da crise econômica internacional, tida como a mais grave desde a Depressão de 1930.

Participaram do evento o Presidente Lula; os Ministros José Múcio, Guido Mantega, Dilma Rousseff, Paulo Bernardo; o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o presidente do BNDES, Luciano Coutinho; o



presidente do IPEA, Márcio Pochmann; a economista e professora Maria da Conceição Tavares, entre outros. Também participaram do evento economistas, consultores e professores estrangeiros, como Ignacy Sachs; James Galbraith e Jan Kregel.

30ª Reunião Ordinária

Data: 04/06/2009

Horário: 09h30 às 17h00

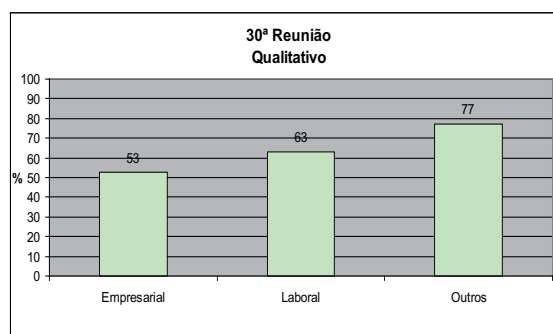
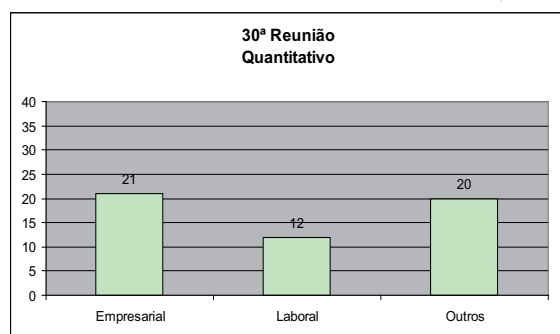
Local: Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

Tema: A Rede de Proteção Social no Brasil

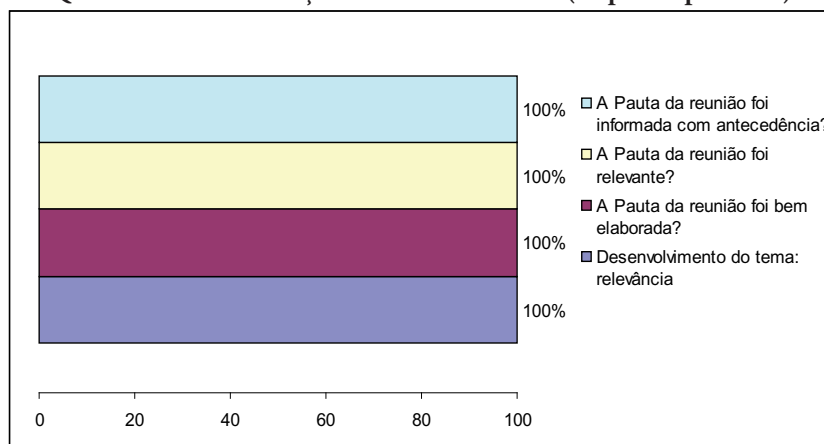
Presenças:

- Ministros e Secretários-Executivos: Carlos Lupi; Fernando Haddad; Guilherme Cassel; Izabella Mônica Vieira Teixeira; Jorge Armando Félix, Gen.; José Múcio Monteiro; José Pimentel; José Gomes Temporão; Miguel João Jorge Filho; Patrus Ananias; Paulo Bernardo; Tarso Genro;
- 52 Conselheiros;
- 98 convidados.

Presenças Reunião Ordinária



Questionário de avaliação 30º Pleno do CDES (respostas positivas)



Dando continuidade ao debate sobre desenvolvimento, novo papel do Estado e quais as perspectivas para o Brasil diante da crise econômica mundial, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social realizou a 30ª reunião plenária com o tema “A rede de proteção social no Brasil”. O objetivo dos conselheiros foi debater como diversos programas do Estado brasileiro desempenharam um papel fundamental para que o país não experimentasse efeitos tão graves da crise econômica internacional.

Participaram da reunião oito ministros de Estado: Patrus Ananias (Desenvolvimento Social e Combate à Fome); José Pimentel (Previdência); Carlos Lupi (Trabalho); Paulo Bernardo (Planejamento, Orçamento e Gestão); Tarso Genro (Justiça); José Gomes Temporão (Saúde); Fernando Haddad (Educação); e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário).

Além do debate em torno da Rede de Proteção Social, o Pleno do Conselho aprovou o 3º Parecer de Observação “Desigualdades na Escolarização no Brasil” e o 1º Relatório de Observação do Sistema Tributário Nacional (STN). O parecer da educação recomenda, entre outras ações: a ampliação dos recursos financeiros para a política educacional no longo prazo; ampliação dos pactos com estados e municípios para acelerar a redução do analfabetismo; prioridade para ações voltadas à valorização da população do campo; fortalecer a política de ampliação da educação técnica e tecnológica.

O parecer do Sistema Tributário Nacional traz recomendações como: um amplo processo de reformulação do Sistema Tributário Nacional na direção da justiça fiscal e da equidade na distribuição da carga tributária, com base no princípio da capacidade contributiva; prioridade aos impostos sobre a Renda e o Patrimônio permitindo desonerações e reduções graduais na carga dos impostos indiretos; critérios de distribuição dos recursos tributários que permitam que todo cidadão, independente de sua localização no território, tenha acesso qualificado aos serviços públicos, suficiente para atender o tamanho e a natureza da demanda; que o perfil dos gastos públicos seja objeto de discussão com a sociedade.

31ª Reunião Ordinária

Data: 27/08/2009

Horário: 09h00 às 13h00

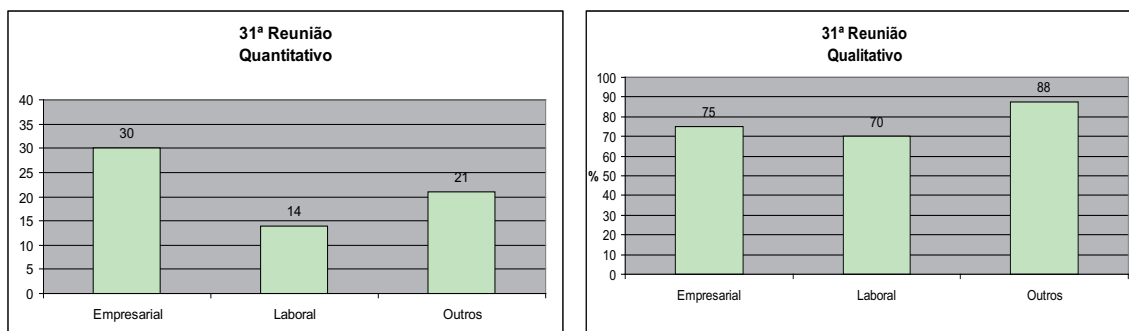
Local: Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

Tema: Diálogo para o desenvolvimento - desafios atuais do Brasil e as perspectivas para o CDES e posse dos conselheiros para o biênio 2009/2010.

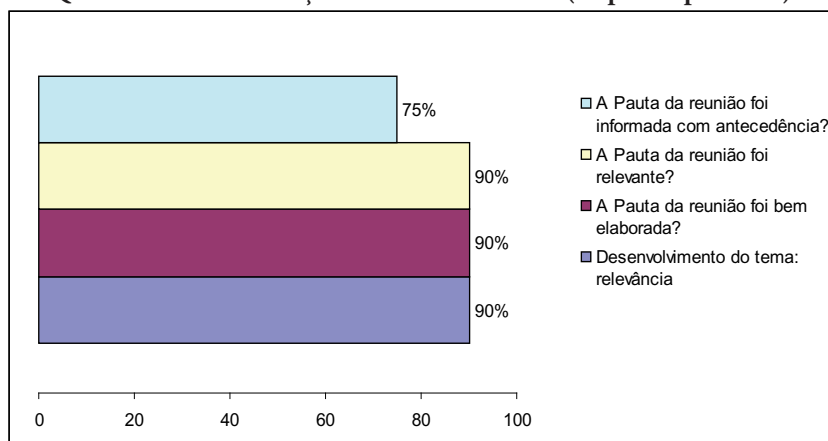
Presenças:

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
- Ministros e Secretários-Executivos: Arlete Sampaio; Celso Amorim; Ivan Ramalho; José Múcio Monteiro;
- 65 Conselheiros;
- 39 convidados.

Presenças Reunião Ordinária



Questionário de avaliação 31º Pleno do CDES (respostas positivas)





A 31ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social marcou a posse dos conselheiros para o biênio 2009/2010. Durante a reunião, os conselheiros Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Artur Henrique e Paulo Godoy fizeram breves apresentações para informar o que já foi feito pelo CDES e quais as prioridades de trabalho. O conselheiro Clemente Ganz Lúcio falou de um dos primeiros desafios colocados pelo Presidente Lula ao CDES: elaborar a Agenda Nacional de Desenvolvimento. O conselheiro explicou ainda que o Observatório da Equidade é fruto da primeira constatação da AND, de que é preciso acabar com a desigualdade no País.

O conselheiro Antoninho Trevisan ressaltou a produtividade do Conselho, destacando a sua atuação internacional. O conselheiro falou da importância da 1ª Mesa-Redonda Brasil União Européia, realizada em julho em Bruxelas, em que debateu-se os “Impactos sociais da crise econômica internacional e os desafios do desenvolvimento: o papel do Estado e da Sociedade Civil”.

O conselheiro Artur Henrique destacou a importância dos debates realizados no âmbito do GT Bioenergia, agora denominado GT Matriz Energética, que elaborou relatório com recomendações sobre diversos temas, como zoneamento agroecológico, relações de trabalho, papel do Estado etc. O Conselheiro destacou ainda a 30ª Reunião Plenária que debateu as políticas sociais brasileiras e seu papel anticíclico, contando que foi convidado a participar de eventos nos Estados Unidos para apresentar as políticas de seguridade social brasileiras.

O conselheiro Paulo Godoy enfatizou que o tema da infraestrutura deve ser um desafio prioritário par o Conselho. Segundo ele, os principais temas serão: financiamento da expansão da infraestrutura; saneamento; petróleo e gás; a Copa de 2014; agências reguladoras; logística e meio ambiente e energia.

Após as apresentações, os demais conselheiros colocaram os temas que julgam ser prioritários, como os desafios latinoamericanos e a importância do Brasil nestes debates; deficiências do setor da construção; reforma política; matriz energética brasileira, focando no objetivo maior que é ter uma matriz limpa; e realização de evento sobre desenvolvimento com crescimento econômico.

2ª Reunião Extraordinária

Data: 15/09/2009

Horário: 09h00 às 12h00

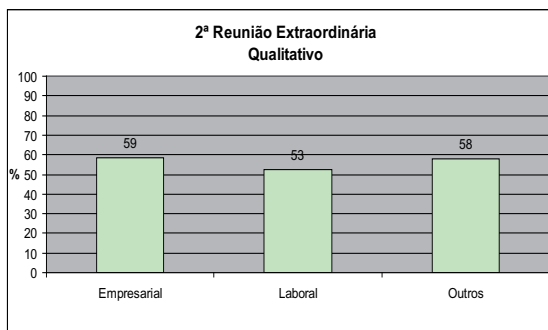
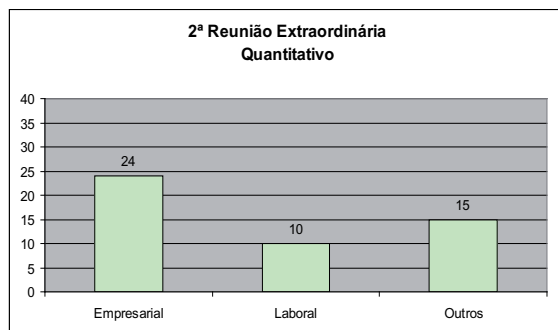
Local: Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

Pauta: Balanço de um ano da crise e perspectivas da economia brasileira

Presenças:

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
- Ministros e Secretários-Executivos: Dilma Rousseff; Guido Mantega; Henrique Meirelles; Jorge Armando Félix, Gen.; José Múcio Monteiro; Paulo Bernardo;
- 49 Conselheiros;
- 58 convidados.

Presenças Reunião Extraordinária



A reunião, coordenada pelo Ministro José Múcio Monteiro, contou com a participação do Presidente Lula, do Ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, e com a presença da Ministra-Chefe da Casa Civil, do Ministro do Planejamento e do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

O ministro José Múcio lembrou que o CDES apresentou uma agenda de prioridades para o combate à crise financeira, defendendo a dinamização da economia, com ampliação do crédito e desoneração de tributos para incentivar os investimentos produtivos, aliado ao fortalecimento do mercado interno. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou a participação dos diversos segmentos da sociedade representados no Conselho durante a fase mais crítica da economia e destacou o papel relevante dos conselheiros que também fazem parte do Grupo de Acompanhamento da Crise do Ministério da Fazenda. O ministro afirmou que o momento atual deve ser comemorado, uma vez que, um ano após a quebra do banco americano Lehman Brothers, o Brasil saiu da crise com a cabeça erguida. Para o ministro, a troca de informações e sugestões foi muito importante para o governo e a sociedade.

O presidente do BC, Henrique Meirelles, afirmou que o governo agiu rapidamente para manter o crédito, além de reduzir as taxas de juros e produzir estímulos fiscais, destacando a importância de se manter as condições para a economia continuar a crescer. Para isso ocorrer é importante que os empresários tenham uma ação rápida de voltar a investir, disse Henrique Meirelles.

Os conselheiros que se pronunciaram durante a reunião fizeram questão de elogiar o Brasil e confirmar a importância de medidas tomadas pelo governo em 2008, algumas delas debatidas e sugeridas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, caso do aumento do crédito e da queda na taxa básica de juros. Durante o debate, foram destacadas a importância da redução do IPI para a manutenção do mercado interno, a importância do governo ter colocado os ministros e suas equipes em contato com empresários para aferir as necessidades de cada setor nos momentos de crise, a agilidade das medidas anunciadas, a importância da contrapartida social atrelada a algumas das medidas de desoneração tomadas pelo governo, a importância das empresas que buscaram preservar os empregos diante da crise econômica, a participação do CDES em eventos internacionais para falar sobre suas experiências diante da crise, a importância do aumento do crédito para a superação da crise e da manutenção das políticas sociais do governo. Também foi mencionado que a agenda anti-crise deve ser tratada como uma agenda sobre o futuro do país. Por fim, foi destacado que pesquisas apontam que as periferias das grandes cidades brasileiras foram as que menos sentiram os efeitos da crise.

O Presidente Lula agradeceu as contribuições dadas ao governo durante o período agudo da crise e ressaltou a importância de que as políticas sociais brasileiras sejam consolidadas e institucionalizadas como políticas de Estado. O presidente pediu ainda que o Conselho trate da estruturação da cadeia do pré-sal, que será fundamental para o planejamento estratégico do Brasil.

3ª Reunião Extraordinária

Data: 29/09/2009

Horário: 09h00 às 13h00

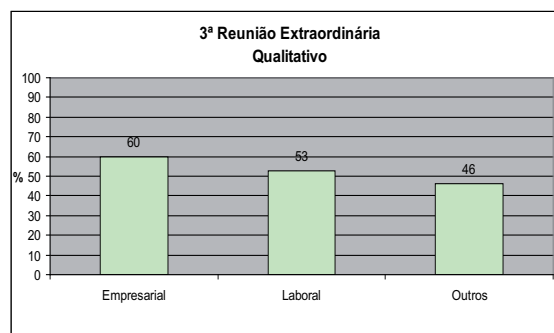
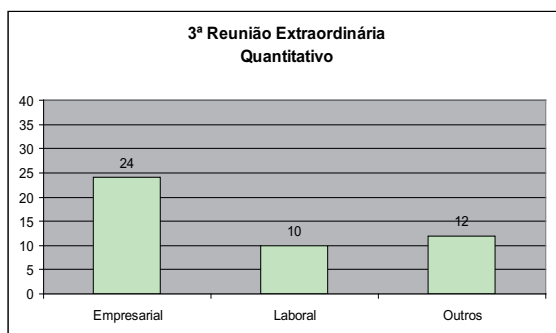
Local: Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

Pauta: O pré-sal e o novo padrão de desenvolvimento do país

Presenças:

- Ministros e Secretários-Executivos: Alexandre Padilha; Dilma Rousseff; Paulo Bernardo;
- 46 Conselheiros;
- 52 convidados.

Presenças Reunião Extraordinária



A reunião foi coordenada pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, em seu primeiro compromisso com o CDES após a posse. Contou com a participação da Ministra-Chefe da Casa Civil e com a presença dos ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e



Previdência Social. O debate girou em torno dos riscos e oportunidades geradas pela exploração de petróleo na camada pré-sal.

Na abertura, o ministro Alexandre Padilha destacou a importância do debate com a sociedade civil e agradeceu o empenho dos conselheiros para comparecer à segunda reunião extraordinária do Conselho em um mês.

A ministra Dilma Rousseff, coordenadora do tema pré-sal no governo, afirmou que os recursos do petróleo poderão acelerar a redução da pobreza. A ministra salientou que esta exploração traz muitas oportunidades para a indústria nacional, principalmente na área de infraestrutura e equipamentos. Na visão da ministra, o Brasil será um grande consumidor e produtor de petróleo, uma vez que alia alta tecnologia, grandes recursos, grande mercado consumidor e indústria, além de ser estável do ponto de vista regulatório. No entanto, a ministra fez questão de ressaltar que o Brasil não vai abandonar a aposta na energia renovável.

Durante o debate com a ministra, os conselheiros destacaram a necessidade de usar o dinheiro do pré-sal para diminuir as desigualdades sociais, aplicar em educação e desenvolver a indústria local. Na avaliação dos conselheiros, o Brasil deve procurar construir uma agenda empresarial de inovação. Também foi defendida a proposta de que 50% dos recursos do Fundo Social, a ser criado com o dinheiro do pré-sal, sejam usados na educação.

Reunião sobre pré-sal

Data: 20/10/2009

Horário: 16h00 às 18h00

Local: Anexo I, Palácio do Planalto, Brasília/DF

Tema: O pré-sal e o novo padrão de desenvolvimento

Presenças:

- Ministros e Secretários-Executivos: Alexandre Padilha;
- 25 Conselheiros;
- 30 convidados.

Os presidentes da Petrobras, José Sergio Gabrielli de Azevedo, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, falaram ao Conselho sobre a exploração de petróleo na camada pré-sal e o desenvolvimento nacional de fornecedores de bens e serviços. O objetivo do encontro foi debater o novo padrão de desenvolvimento que será gerado pelo pré-sal e criar propostas de estruturas da cadeia produtiva de petróleo.

José Sérgio Gabrielli mostrou os investimentos previstos no plano de negócios 2009 – 2013 da companhia, falou sobre o novo marco regulatório, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) e sobre inovações tecnológicas.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que o banco apoiará investimentos em toda a cadeia de petróleo e gás com vistas ao desenvolvimento de longo prazo da economia nacional. Em 2009, os investimentos em petróleo e gás representaram 59,2% do total mapeado pelo BNDES. Luciano Coutinho destacou que o banco dispõe dos instrumentos de apoio financeiro e os utilizará de forma integrada.

Durante o debate, os conselheiros falaram sobre: a) formas de financiamento e garantias para viabilizar investimentos; b) mecanismos tributários, como desoneração; c) como os recursos do pré-sal podem promover a inclusão social; d) necessidade de investir em capacitação e qualificação profissional.

Ao fim da reunião, os conselheiros aprovaram uma moção com recomendações sobre a produção e exploração do pré-sal, encaminhada ao Presidente da República. Alguns pontos abordados na Moção: 1) Aumentar a capacidade de financiamento da Petrobras para realização dos investimentos de médio e longo prazo necessário, por meio da capitalização da empresa; 2) Desonerar os investimentos, abrindo novas perspectivas para o crescimento das empresas brasileiras e consequentemente gerando novos empregos; 4) Adequar o marco regulatório do setor à abundância das reservas descobertas, visando aumentar a participação da União no lucro-óleo; 5) Assegurar a apropriação da riqueza, por parte do Estado; 6) Garantir que a matriz energética brasileira mantenha a predominância de fontes renováveis; 7) Recomendar que o pré-sal seja desenvolvido da maneira mais sustentável possível; 8) Defender a geração de empregos decentes e incentivar a qualificação dos trabalhadores.



4ª Reunião Extraordinária

Data: 16/11/2009

Horário: 14h00 às 18h00

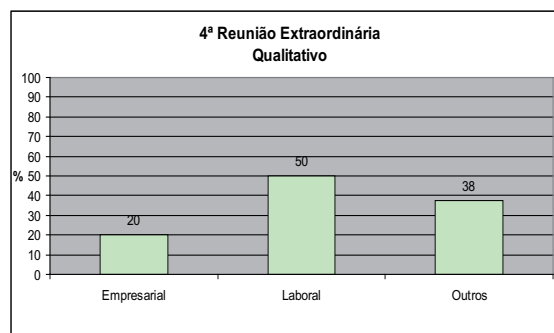
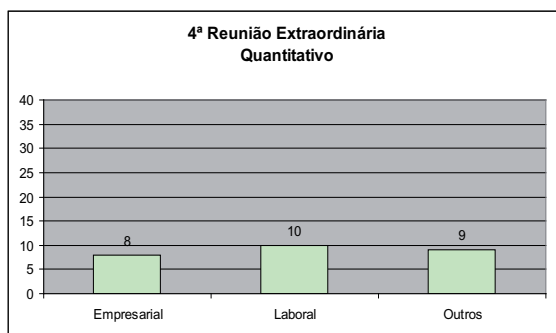
Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, Brasília/DF

Tema: COP-15: Compromissos para Mitigação de Emissões Brasileiras

Presenças:

- Ministros e Secretários-Executivos: Alexandre Padilha; Carlos Minc; Reinhold Stephanes;
- 27 Conselheiros;
- 43 convidados.

Presenças Reunião Ordinária



A reunião foi convocada com o objetivo de aprofundar o debate sobre mudanças climáticas e trazer novos subsídios para que o Conselho formulasse recomendações à contribuição brasileira na 15ª Conferência das Partes, que ocorreu em dezembro em Copenhague, Dinamarca.

Participaram da reunião o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, o Ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, o Embaixador Extraordinário para Mudança do Clima, o MRE, Sérgio Barbosa Serra e o Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa.

Ao fim das apresentações e debates os conselheiros aprovaram uma Moção ao Presidente da República manifestando, entre outros pontos: 1) apoio ao compromisso brasileiro de redução das emissões no intervalo compreendido entre 36,1% e 38,9%; 2) apoio à posição do governo brasileiro de cobrar nas negociações uma pronta definição, por parte dos países desenvolvidos, quanto ao aporte de recursos financeiros para viabilizar ações de mitigação e de adaptação em países em desenvolvimento, detentores de crédito climático e ambiental; 3) defesa para que o Brasil continue avançando para uma economia verde e de baixas emissões de carbono; 4) convicção de que a educação e a comunicação intensiva, envolvendo toda a sociedade, são condições estruturantes para a sustentabilidade; 5) proposição de um esforço conjunto para o acompanhamento e cumprimento efetivo das metas, envolvendo o governo e os diferentes setores da sociedade; 6) que as decisões como as tomadas durante a reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), realizada em Cingapura, em 15 de novembro, de transformar a 15ª Conferência das Partes, em Copenhague, em uma reunião para definição de princípios e não deliberativa, não diminuam a importância do encontro frustrando as expectativas internacionais pela sua resolutividade.

32ª Reunião Ordinária

Data: 09/12/2009

Horário: 09h30 às 13h00

Local: Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

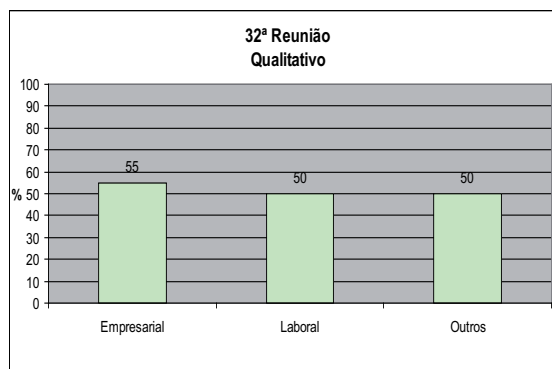
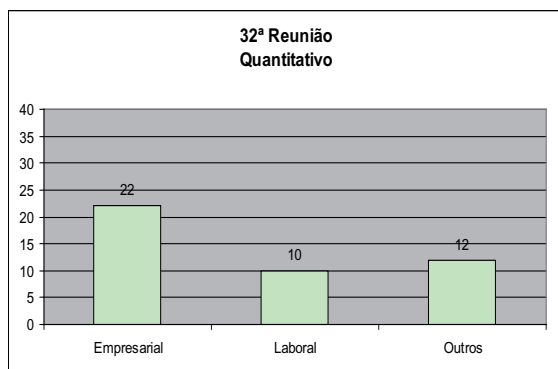
Tema: Brasil e as perspectivas para o desenvolvimento

Presenças:

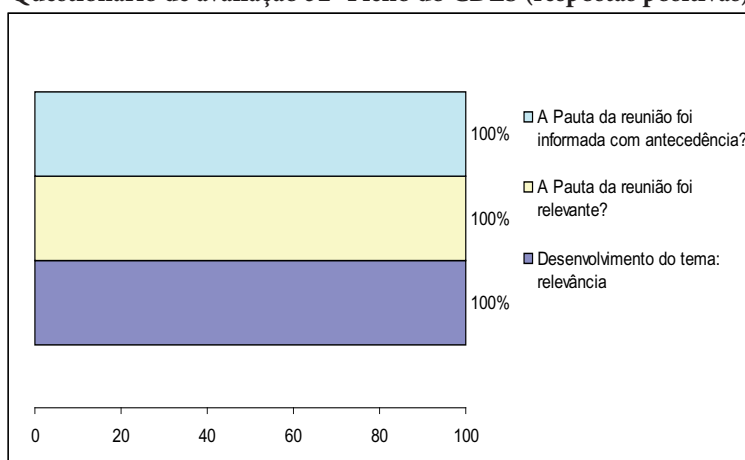
- Ministros e Secretários-Executivos: Alexandre Padilha; Antônio de Aguiar Patriota; Carlos Minc; Dilma Rousseff; Guido Mantega; José Pimentel; Miguel João Jorge Filho; Patrus Ananias; Paulo Bernardo;
- 44 Conselheiros;
- 82 convidados.



Presenças Reunião Ordinária



Questionário de avaliação 32º Pleno do CDES (respostas positivas)



A última reunião plenária de 2009 contou com apresentações do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge e do presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Estiveram presentes, ainda, a Ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), os ministros Paulo Bernardo (MPOG), Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) e Carlos Minc (Meio Ambiente).

O Ministro Guido Mantega anunciou durante a reunião medidas de incentivo à produção, após falar sobre o novo ciclo de crescimento da economia brasileira. As medidas anunciadas foram: 1) nova linha de crédito para o BNDES de R\$ 80 bilhões para os anos de 2010/2011; 2) prorrogação da equalização da taxa de juros pela União para contratações até junho de 2010; 3) criação da Letra Financeira, instrumento de captação de recursos de longo prazo por parte de instituições bancárias; 4) prorrogação da desoneração do IPI incidente sobre bens de capital, até 30 de junho de 2010; 5) novo empréstimo da União para o Fundo da Marinha Mercante (FMM) no valor de R\$ 15 bilhões; 6) suspensão da cobrança de IPI, PIS/COFINS e imposto de importação incidente sobre bens e serviços relacionados a investimentos em refino de petróleo e indústria petroquímica no Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 7) desoneração permanente do IPI incidente sobre aerogeradores utilizados na produção de energia de fonte eólica; 8) prorrogação, até 2014, da desoneração do PIS/COFINS incidente na venda de computadores no varejo (Lei No 11.196/2005); 9) redução do custo de aquisição de computadores para a rede pública de ensino, mediante desoneração do IPI, PIS/COFINS, e Imposto de Importação sobre partes e componentes de computadores adquiridos para a rede de ensino público.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, anunciou ainda, outras medidas tomadas pelo banco: 1) ampliação do limite de crédito do Cartão BNDES de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão por banco emissor; 2) apoiar a comercialização externa de máquinas, equipamentos e serviços brasileiros por meio da abertura de linhas de crédito a bancos locais no exterior; 3) capitalizar MPMEs de Bens de Capital, Componentes e Autopeças, com financiamento à compra de ações pelos empregados; 4) apoio ao desenvolvimento do mercado de títulos corporativos.



Durante a reunião, os conselheiros tiveram oportunidade de fazer um balanço sobre o trabalho realizado pelo Conselho ao longo dos anos e reflexões sobre o futuro do país e do próprio CDES. Foi ressaltado que o país passa por um ciclo extraordinário de desenvolvimento econômico e social e que as apresentações feitas durante a reunião mostram que o Brasil deve crescer vigorosamente nos próximos dez anos, o que requer uma organização da sociedade e dos setores produtivos para fazer um debate profundo sobre o modelo de desenvolvimento que vai resultar desse período de crescimento. Este modelo deve promover a igualdade social, a distribuição de renda e riqueza, e respeito ao meio ambiente. Sobre a inserção internacional do país, deve se ressaltar as premissas de desenvolvimento com promoção da igualdade e inclusão social, com respeito ao meio ambiente, e também lutar por uma governança com solidariedade.

O Ministro Miguel Jorge destacou que seu período como conselheiro do CDES lhe propiciou exercer o diálogo social com os mais diversos setores da sociedade brasileira.

O Presidente da República lembrou que há anos não se via no Brasil, em função da solidez da economia brasileira, anúncios de medidas que visam consolidar o desenvolvimento do País.



Comitê Gestor

Criado para aprimorar a governança interna do CDES e fortalecer o protagonismo dos Conselheiros e Conselheiras na sua dinâmica de organização, o Comitê Gestor é composto por seis Conselheiros, escolhidos por seus pares, refletindo a diversidade do Conselho.

3ª Reunião

Data: 22/01/2009

Horário: 14h00 às 17h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Tema: Crise internacional e desenvolvimento

Presenças: conselheiros Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo e Zilda Arns.

Reunião de planejamento para o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, realizado nos dias 5 e 6 de março, marcando a 29ª Reunião do Pleno do CDES.

4ª Reunião

Data: 16/02/2009

Horário: 10h00 às 12h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Presenças: conselheiros Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto, Paulo Godoy.

Reunião de planejamento das atividades em 2009, com a definição dos temas e prioridades do CDES ao longo do ano.

2ª Oficina de Governança

Data: 29/09/2009

Horário: 15h00 às 18h00

Local: Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

Pauta: Atividades do CDES para o período 2009/2010 e eleição do novo comitê gestor

Presenças: 39 conselheiros e 2 convidados.

Durante a oficina, o comitê gestor em exercício fez um breve relato das principais atividades e documentos produzidos pelo CDES e os conselheiros, reunidos em grupos, colocaram os temas e atividades prioritárias para o período 2009/2010. Ao fim da oficina houve eleição do novo comitê gestor. Foram eleitos: Artur Henrique da Silva Santos, José Antônio Moroni, Marcelo Néri, Murillo de Aragão, Nair Goulart e Paulo Simão.

Reunião com o Ministro-Chefe da SRI

Data: 08/10/2009

Horário: 15h00 às 17h00

Local: Finep, Rio de Janeiro/RJ

Presenças: conselheiros Artur Henrique, José Antônio Moroni, Marcelo Néri, Murillo de Aragão, Nair Goulart, Paulo Simão.

Encontro do comitê gestor com o Ministro Alexandre Padilha para tratar das prioridades do Conselho para o período 2009/2010.

Reunião com o Ministro-Chefe da SRI

Data: 20/10/2009

Horário: 13h00 às 14h30

Local: Gabinete do Ministro, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

Presenças: integrantes do Comitê Gestor.



Reunião com Secretaria de Assuntos Estratégicos

Data: 08/12/2009

Horário: 16h00

Local: Brasília/DF

Tema: Perspectivas do desenvolvimento brasileiro

Pauta: atuação estratégica do Comitê Gestor do CDES

Presenças: integrantes do Comitê Gestor.



Reuniões de Monitoramento da Crise Internacional

Em 2008 o CDES iniciou uma série de reuniões de monitoramento da crise internacional com o objetivo de fazer um acompanhamento da conjuntura internacional e nacional e promover debates sobre ações a serem empreendidas para minorar os efeitos da crise no Brasil.

3ª Reunião

Data: 22/01/2009

Horário: 14h00 às 17h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Tema: Crise internacional e desenvolvimento

Presenças: 34 conselheiros, 6 representantes de conselheiros e 31 convidados.

Reunião para dar continuidade aos trabalhos do Conselho de acompanhar e monitorar a crise econômica internacional e seus efeitos no Brasil. A reunião contou com as presenças de Miriam Belchior, Subchefe de Avaliação e Monitoramento da Casa Civil; Júlio Alexandre da Silva, Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Otacílio Cartaxo, Secretário-Adjunto da Receita Federal; e Ivan Ramalho, Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Após os debates foi produzida uma Nota do Conselho sobre a crise recomendando a proteção do emprego; o fortalecimento do mercado interno; redução da taxa básica de juros, com a diminuição do custo do crédito e estímulos ao consumo.

4º Encontro

Data: 16/02/2009

Horário: 14h30 às 17h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Tema: Crédito - acesso e custo

Presenças: 25 conselheiros, 1 representante de conselheiro e 5 convidados.

O 4º Encontro de Monitoramento da Crise Econômica Internacional tratou, principalmente, do crédito ao setor produtivo e aos consumidores, focando aspectos relacionados ao acesso e aos custos.

O evento contou com a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho; da presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho; e do presidente do Banco do Brasil, Antônio Francisco de Lima Neto que fizeram exposições contemplando as principais medidas de combate à crise e os resultados alcançados e/ou a alcançar.

Os conselheiros debateram formas de reduzir os juros cobrados pelos bancos às pessoas físicas e o aumento do crédito para os setores produtivos e de consumo. Os conselheiros pediram a redução mais acelerada da taxa básica de juros e a diminuição no intervalo entre as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Os participantes pediram ao Banco Central uma regulação mais forte visando a redução do spread bancário.

O Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos propôs uma aliança contra os altos juros sob a forma de incentivo aos trabalhadores a abrirem contas bancárias nas instituições que se dispusessem a oferecer juros menores. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil demonstraram interesse na oferta. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, considerou a proposta alinhada às medidas para reduzir a taxa de juros dos bancos.



Conferência Globalização, Iniquidades e a Crise Mundial

Data: 21/10/2009

Horário: 10h00 às 13h00

Local: Edifício da CNC, Brasília/DF

Presenças: 6 conselheiros, 1 representante de conselheiro e 5 convidados.

O Conselho recebeu o Professor Amit Bhaduri, da Pavia University, na Itália e membro do Conselho de Desenvolvimento Social de Nova Deli.

A Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Esther Bemerguy Albuquerque, abriu a reunião falando sobre o debate do tema desenvolvimento no Conselho, da elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento e sua revisão à luz dos aportes que o Conselho vem fazendo à discussão, como a análise da existência de quatro pilares de sustentação do desenvolvimento brasileiro: 1) O Sistema de Proteção Social, 2) Investimentos de médio e longo prazo como o PAC, a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016); 3) O financiamento por meio de instituições de crédito públicas – Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Banco do Nordeste; 4) A existência de empresas públicas de grande porte como Petrobras e Eletrobrás.

A palestra do Professor Bhaduri foi pautada em cinco pontos:

- 1) Diferenças entre crescimento e desenvolvimento;
- 2) Análise dos processos de crescimento rápido na China e na Índia;
- 3) Raízes das Desigualdades, focando em emprego, recursos naturais e bem-estar social;
- 4) Questionamento com relação à eficiência da centralização das ações do Estado;
- 5) Esboço de um paradigma alternativo que contemple: (i) a descentralização das ações do Estado; (ii) a crescente importância a ser dada aos mercados internos de países como Índia, China e Brasil no processo de desenvolvimento; (iii) a questão do bem-estar social versus salários sociais, ressaltando a política de valorização dos salários pagos nos diferentes países.



GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento

Criado em 2006, tem como objetivo aprofundar o debate sobre os investimentos públicos e privados necessários à infraestrutura brasileira. Atualmente conta com três subgrupos: 1. investimentos e desenvolvimento; 2. habitação e desenvolvimento urbano; 3. transporte aeroviário.

9ª Reunião

Data: 23/06/2009

Horário: 10h00 às 12h00

Local: Ministério da Fazenda, São Paulo/SP

Presenças: 6 conselheiros, 2 representantes de conselheiros e 5 convidados.

Considerado um dos temas prioritários para os trabalhos do Conselho em 2009, os integrantes do grupo se reuniram para planejar as atividades do GT no ano. O primeiro grande tema a ser enfrentado é o financiamento da infraestrutura, buscando alternativas para a expansão necessária ao desenvolvimento. Deverão ser tratados em conjunto com o GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental os temas petróleo e gás, incluído o debate sobre o pré-sal, e a questão do meio ambiente. Também estão na pauta do GT os desafios para a Copa de 2014 no Brasil; a logística de transporte (portos, aeroportos, estradas e ferrovias); agências reguladoras; e habitação e saneamento.

10ª Reunião

Data: 03/09/2009

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Pauta: Desafios para o Financiamento da Expansão da Infraestrutura no Brasil

Presenças: 11 conselheiros, 1 representante de conselheiro e 10 convidados.

A reunião deu início ao diálogo sobre os desafios para a expansão do financiamento da infraestrutura no Brasil, com o objetivo de ampliar a compreensão dos conselheiros sobre o tema, bem como a construção de um posicionamento técnico e político a ser encaminhado ao Presidente da República.

Subgrupo Transporte Aeroviário - 4ª Reunião

Data: 29/04/2009

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Tema: Políticas governamentais e a situação atual da aviação civil

Presenças: 5 conselheiros, 1 representante de conselheiro e 11 convidados.

Participaram da reunião Ronaldo Serôa, Diretor da ANAC; José Márcio Mollo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA) e Marcelo Andrade Silva Schmidt, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeroviários.

A reunião teve como objetivo avaliar o impacto da crise econômica mundial sobre o setor da aviação civil, além de dar continuidade a temas já debatidos pelo Subgrupo Transportes Aeroviários, caso da criação de rotas operadas por empresas nacionais para a África.

Na ocasião foi debatida, ainda, a liberdade tarifária para destinos internacionais ofertados por empresas estrangeiras que atuam no Brasil. A ANAC argumentou que os maiores custos que as empresas nacionais alegam ter não são suficientes para gerar os prejuízos apontados pelas empresas aéreas. O sindicato dos trabalhadores da aviação civil argumenta que a medida deve reduzir os empregos, havendo forte terceirização por parte das empresas aéreas estrangeiras. Entre outros pontos, o sindicato das empresas aeroviárias argumenta que a medida da agência pode reduzir o turismo nacional.

**Subgrupo Transporte Aeroviário - 5ª Reunião****Data:** 02/09/2009**Horário:** 14h30 às 16h00**Local:** Sede da ANAC, Brasília/DF**Tema:** Andamento do edital de concessões, rotas para África, infraestrutura aeroportuária**Presenças:** 2 conselheiros e 3 convidados.

Reunião com a diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Solange Paiva Vieira, sobre temas relacionados à infraestrutura aeroportuária brasileira. Em relação às concessões, Solange explicou que houve um entendimento de que a competência em fazer o decreto é da Presidência da República. Sobre futuros terminais, Solange Vieira afirmou que a proposta da agência é que se o terreno for público, deve haver concessão, se o terreno for privado, deve haver autorização. No modelo de autorização a União não precisa garantir o equilíbrio econômico-financeiro da empresa. Ela afirmou que a qualidade dos serviços aeroportuários é tema de debate na ANAC. A ideia é criar índices de facilitação, uma vez que a agência não tem estrutura para fazer a fiscalização *in loco*. Sobre a possibilidade da ANAC realizar um plano de outorgas de vôos, Solange Vieira afirmou que a agência pensa em licitar localidades onde há demanda, com o governo garantindo o equilíbrio econômico-financeiro das empresas. O mesmo modelo deve ser adotado para vôos para a África. Por fim, Solange Vieira alertou que para a Copa de 2014 é preciso um esforço concentrado para resolver a questão da infraestrutura aeroportuária em São Paulo, uma vez que os três principais aeroportos do estado operam no limite de sua capacidade.

Subgrupo Investimentos e Desenvolvimento - 1ª Reunião**Data:** 22/10/2009**Horário:** 10h00 às 12h00**Local:** Anexo do Palácio do Planalto, Brasília/DF**Tema:** Investimento públicos**Presenças:** 7 conselheiros e 10 convidados.

A reunião teve como objetivo debater as estratégias para acelerar os investimento públicos, principalmente aqueles relacionados à realização da Copa do Mundo de 2014, aos Jogos Olímpicos de 2016 e à exploração e produção de petróleo do pré-sal.

Subgrupo Investimentos e Desenvolvimento - 2ª Reunião**Data:** 12/11/2009**Hora:** 09h30 às 12h30**Local:** Ministério do Planejamento, Brasília/DF**Tema:** Diálogos sobre a estratégia para acelerar os investimentos públicos**Pauta:** Investimentos públicos em infraestrutura econômica e social**Presenças:** 7 conselheiros e 16 convidados.

Reunião com a presença do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. O objetivo da reunião foi contribuir com o diálogo entre gestores e fiscalizadores de investimentos públicos em infraestrutura econômica e social visando buscar soluções negociadas para acelerar a execução de obras, respeitando-se os princípios da legalidade, transparência, eficiência, economicidade, eficácia e efetividade na administração pública.

Subgrupo Investimentos e Desenvolvimento - 3ª Reunião**Data:** 26/11/2009**Hora:** 10h00 às 12h30**Local:** Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília/DF**Tema:** Estratégias de negociação para aceleração dos investimentos públicos**Pauta:** Investimentos públicos em infraestrutura econômica e social**Presenças:** 10 conselheiros e 5 convidados.

A reunião teve como objetivo buscar, por meio do diálogo e conversações, o entendimento entre o Governo Federal e o Tribunal de Contas da União na definição de estratégias consensuais para aceleração dos investimentos públicos necessários à sustentação do novo ciclo de desenvolvimento do País, respeitados os princípios de legalidade, probidade, transparência, eficiência, eficácia e efetividade na Administração Pública.



GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental

Desdobramentos do GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel, o GT Matriz Energética dá continuidade ao debate sobre energias renováveis, eficiência energética e mudanças climáticas.

1ª Reunião

Data: 19/02/2009

Horário: 14h00 às 16h30

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Pauta: Instalação do Grupo de Trabalho

Presenças: 10 conselheiros, 8 representantes de conselheiros e 13 convidados.

Em reunião realizada no dia 15/10/2008, em São Paulo, os conselheiros que integram o GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel aprovaram, por unanimidade, a proposta de ampliação do escopo do debate para abranger o tema da matriz energética, iniciando com os impactos e reflexos das recentes descobertas de petróleo na camada pré-sal e avançando para a diversificação da matriz energética, assim como para ações de melhoria do padrão de consumo de energia no país. Desse modo, o Grupo de Trabalho passará a ter a seguinte denominação: Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental.

Colóquio Conservação e Eficiência Energética

Data: 19/02/2009

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Ministério de Minas e Energia, Brasília/DF

Pauta: Conservação e Eficiência Energética: prioridade para o desenvolvimento

Presenças: 13 conselheiros, 7 representantes de conselheiros e 78 convidados.

O evento tratou do tema energia sob a perspectiva do desenvolvimento. Estiveram presentes os ministros José Múcio Monteiro Filho, da Secretaria de Relações Institucionais; Edson Lobão, das Minas e Energias; o conselheiro Artur Henrique da Silva Santos; o Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio de Oliveira Passos; o professor da Unicamp, Gilberto De Martino Jannuzzi; e o presidente do Inmetro, João Alziro Herz da Jornada.

Colóquio sobre Eficiência Energética

Data: 27/03/2009

Horário: 09h00 às 13h00

Local: Hotel Guanabara, Rio de Janeiro/RJ

Tema: Situação Atual da Política de Eficiência Energética

Presenças: 9 conselheiros, 3 representantes de conselheiros e 32 convidados.

O objetivo do encontro foi apresentar e discutir com os conselheiros do GT Matriz Energética do CDES os principais objetivos, problemas, desafios e oportunidades para a efetividade da Política Nacional de Eficiência Energética no Brasil, visando ampliar a compreensão e entendimento sobre o tema.

2ª Reunião

Data: 27/03/2009

Horário: 14h00 às 17h00

Local: Hotel Guanabara, Rio de Janeiro/RJ

Pauta: Planejamento das atividades do Grupo de Trabalho

Presenças: 9 conselheiros e 4 convidados.

Após a Oficina sobre Eficiência Energética, os conselheiros participantes do GT, juntamente com a equipe da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, apontaram as próximas etapas do trabalho do grupo, definindo temas de reuniões, cronograma de trabalho e próximas atividades.



Encontro com o Ministro da Educação Fernando Haddad

Data: 22/04/2009

Horário: 11h00 às 12h30

Local: Ministério da Educação, Brasília/DF

Pauta: Integração entre as políticas de educação, eficiência energética e ambiental

Presenças: 6 conselheiros e 7 convidados.

Reunião para tratar da participação do MEC como parceiro no trabalho do GT Matriz Energética, estabelecendo algum tipo de integração do tema eficiência energética à educação brasileira. Na avaliação do GT, crianças e adolescentes têm grande capacidade de assimilação da importância do tema e de replicar o debate na sociedade.

Encontro com a Ministra-interina do Ministério do Meio Ambiente

Data: 30/04/2009

Horário: 11h00 às 12h30

Local: Ministério do Meio Ambiente, Brasília/DF

Presenças: 4 conselheiros, 2 representantes de conselheiros e 7 convidados.

O GT Matriz Energética se reuniu com o Ministério do Meio Ambiente, buscando formar uma parceria no debate de temas como políticas de meio ambiente, energia, educação ambiental e trabalho verde. O GT buscou apoio do Ministério para a realização do Colóquio “Sustentabilidade, Eficiência Energética e Educação Ambiental: um desafio para as instituições de ensino”.

1ª Reunião Preparatória para o Colóquio Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética: um desafio para as instituições de ensino e para a sociedade

Data: 14/05/2009

Horário: 15h00 às 16h30

Local: Conselho Nacional de Educação, Brasília/DF

Pauta: Definir objetivos, convidados, palestrantes e programação preliminar

Presenças: 8 convidados.

2ª Reunião Preparatória para o Colóquio Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética: um desafio para as instituições de ensino e para a sociedade

Data: 26/05/2009

Horário: 09h30 às 12h00

Local: Ministério de Minas e Energia, Brasília/DF

Pauta: Definir objetivos, convidados, palestrantes e programação preliminar

Presenças: 1 conselheiro e 7 convidados.

Encaminhamentos: definidos os objetivos, o programa e o texto orientador do evento.

3ª Reunião

Data: 02/06/2009

Horário: 09h00 às 12h30

Local: BNDES, Rio de Janeiro/RJ

Tema: Petróleo, gás e pré-sal

Presenças: 14 conselheiros e 12 convidados.

Encontro com José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobrás. Na ocasião, o presidente da empresa apresentou os investimentos previstos para a Petrobrás e falou sobre matriz energética.



Colóquio Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética: um desafio para as instituições de ensino e para a sociedade

Data: 25/06/2009

Horário: 09h00 às 18h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Tema: Sustentabilidade, Educação Ambiental e Eficiência Energética

Presenças: 12 conselheiro, 4 representantes de conselheiros e 139 convidados.

Durante o evento foram relatadas experiências de construções ecologicamente sustentáveis em instituições de ensino brasileiras. Foi colocada a importância da ampliação do debate no espaço escolar, buscando a implementação de práticas ambientalmente sustentáveis no Brasil.

Colóquio Empregos Verdes e Construções Sustentáveis

Data: 20/08/2009

Horário: 09h30 às 16h30

Local: Anexo I, Palácio do Planalto, Brasília/DF

Presenças: 14 conselheiros, 3 representantes de conselheiros e 173 convidados.

O evento trouxe algumas experiências nacionais e internacionais de aplicação dos conceitos de empregos verdes e construções sustentáveis. Ficou claro que, apesar dos avanços, é preciso grande esforço de mobilização das esferas de governo e dos diferentes setores da sociedade brasileira para incluir os temas nas agendas prioritárias.

4ª Reunião

Data: 10/09/2009

Horário: 09h30 às 16h30

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Pauta: Balanço das atividades e definição de diretrizes para elaboração de relatório parcial

Presenças: 9 conselheiros e 10 convidados.

A reunião foi coordenada pelo conselheiro Artur Henrique da Silva Santos, que apresentou um quadro das atividades realizadas pelo GT no período de fevereiro a agosto de 2009, ressaltando o esforço de mobilização, debates, acúmulo e difusão de conhecimentos sobre sustentabilidade e eficiência energética. Também foi aprovada a proposta de integração das atividades preparatórias da II Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil (CDES) e União Européia (CESE) na programação do Grupo de Trabalho até dezembro de 2009. Definiu-se ainda que a primeira atividade vinculada à preparação da Mesa-Redonda será o Colóquio Mudanças Climáticas I, programado para ocorrer em 22 de setembro de 2009, em Brasília.

Colóquio Mudanças Climáticas e Convenções Internacionais sobre o Meio Ambiente

Data: 22/09/2009

Horário: 09h00 às 13h00

Local: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Brasília/DF

Pauta: Preparação para a Segunda Mesa Redonda da Sociedade Civil UE – Brasil

Presenças: 5 conselheiros, 5 representantes de conselheiros e 17 convidados.

O evento mostrou que no Brasil o desmatamento é o maior problema quando se fala em emissão de gases de efeito estufa. Para os conselheiros, deve haver um novo modelo de desenvolvimento, sendo necessário alterar o modo de produção e o padrão de consumo da sociedade. Houve consenso que o país deve promover a conservação de florestas e implementar ações que visem diminuir o desmatamento.



Colóquio Matriz Energética Brasileira e Mundial

Data: 08/10/2009

Horário: 09h30 às 13h00

Local: Finep, Rio de Janeiro

Presenças: 10 conselheiros, 2 representantes de conselheiros e 10 convidados.

Durante o evento falou-se dos principais pontos da agenda energética mundial: segurança energética e meio ambiente. As soluções passam por fontes renováveis de energia e eficiência energética. Segundo projeções apresentadas, em 2030, a matriz elétrica brasileira será 84% renovável. Em relação à matriz energética mundial, é composta por 12,9% de fontes renováveis, contra 46% da matriz brasileira. Ficou acordado que o Conselho deve aprofundar os temas: energia nuclear, integração energética, o papel do Estado, matriz de transportes, renovação das concessões e política tarifária.

Colóquio Diálogo sobre a 15ª Conferência das Partes (COP 15)

Data: 15/10/2009

Horário: 09h30 às 13h00

Local: Edifício da CNC, Brasília/DF

Presenças: 8 conselheiros, 3 representantes de conselheiros e 11 convidados.

Durante o evento foi realizado um diálogo com Sérgio Barbosa Serra, Embaixador Extraordinário para a Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores, como preparação para a Segunda Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Européia.



GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica

O Grupo de Trabalho foi criado em 2008 com o objetivo de aprofundar o debate e identificar os desafios da política de qualificação técnica e profissional.

Colóquio Tendências e desafios da formação de trabalhadores para o desenvolvimento

Data: 05/11/2009

Horário: 09h30 às 17h30

Local: Sede da OAB, Brasília/DF

Presenças: 7 conselheiros, 5 representantes de conselheiros e 26 convidados.

O encontro foi coordenado pelo conselheiro Clemente Ganz Lúcio, que falou da importância que o tema formação de trabalhadores para o desenvolvimento tem para o Conselho. O objetivo do evento foi avançar no conhecimento da situação da educação profissional, técnica e tecnológica e das perspectivas de demanda de trabalhadores para o desenvolvimento.

A primeira Mesa teve como tema “Tendências da demanda e da formação de trabalhadores no Brasil diante do processo de desenvolvimento”. O professor João Sabóia, do Instituto de Economia da UFRJ, falou sobre “Análise da oferta e demanda de trabalhadores”, apresentando os resultados do estudo realizado com dados coletados na CAGED, que indicam que a massa de empregos gerada entre 2003 e 2008 exige baixa qualificação profissional. A conclusão preliminar é a de que, em números brutos e mantida a situação, as pessoas que estão sendo formadas são suficientes para a demanda do mercado. O conselheiro Marcelo Néri, do Centro de Políticas Sociais/IBRE da Fundação Getúlio Vargas, falou sobre “Educação Profissional no Brasil: apontamentos a partir do Suplemento PNAD/2007”, analisando os números a partir das perspectivas da cobertura dos cursos, do retorno em termos de salário e ocupação por ter realizado cursos, e as motivações para a não realização de cursos profissionalizantes. Alessio Trindade, Coordenador Geral de Supervisão do SETEC/MEC, falou sobre “A política de formação de trabalhadores”, apresentando diretrizes e políticas de educação profissional adotadas pelo Ministério da Educação, e os projetos em execução pela Secretaria de Educação Tecnológica. Cláudio Salm, do Instituto de Economia da UFRJ e FUNDAP, analisou os desafios da qualificação de trabalhadores no Brasil. A ênfase foi colocada na articulação entre o desafio da qualidade da formação de trabalhadores e a melhoria da educação básica e no fortalecimento das boas práticas em educação profissional. Sugeriu a necessidade de incentivar o interesse social na EP, em moldes semelhantes ao PROUNI, e uma maior interação entre empresas e sistemas de formação de trabalhadores. Indicou que, apesar de no momento não haver indícios de problemas com falta de mão-de-obra, no futuro, com a retomada do desenvolvimento incorporador de mão-de-obra e adotando diferentes paradigmas e as mais variadas formas de produção, haverá demanda por trabalhadores com grande amplitude de qualificações. Para responder a tais demandas, o ensino técnico precisará ser modulado e realizado com flexibilidade curricular.

A segunda Mesa teve como tema “Desafios de formação profissional diante do processo de desenvolvimento: Prospecção de demanda por trabalhadores qualificados”. José Renato Ferreira de Almeida, Secretário Executivo do PROMINP/PETROBRAS falou sobre “Prospecção de demanda de trabalhadores para a cadeia produtiva da Petrobrás e para o pré-sal”, apresentando a política de qualificação profissional e sua articulação com os investimentos previstos. Fabio Aidar, Diretor do Programa de Educação Corporativa Continuada da ABDIB, falou sobre “Prospecção de demanda de trabalhadores para a infraestrutura” e Denise Cristina Corrêa da Rocha, gestora do Observatório Educacional do SENAI/Departamento Nacional falou sobre “Prospecção de demanda por educação profissional para a indústria”, apresentando o modelo adotado pelo SENAI, os setores prospectados e as formas de utilização dos resultados da prospecção.

Por fim, Antonio Almerico Biondi Lima, Superintendente de Educação Profissional da Secretaria de Educação da Bahia apresentou a política de educação profissional da Bahia.



GT Ciência e Tecnologia

O Grupo de Trabalho foi criado em 2009 para aprofundar o tema inovação tecnológica e promover estudos sobre como as políticas públicas, articuladas entre os atores públicos e privados podem democratizar o acesso à ciência e tecnologia no Brasil.

Colóquio Inovação Tecnológica e Desenvolvimento

Data: 14/08/2009

Horário: 09h30 às 12h30

Local: Finep, Rio de Janeiro/RJ

Presenças: 9 conselheiros e 15 convidados.

O evento teve como objetivo iniciar o debate sobre o tema inovação tecnológica, destacando a relevância do aprimoramento e da ampliação do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação para o desenvolvimento do país; e o fortalecimento e a modernização institucional da infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento, favorecendo a interação entre universidades, institutos de pesquisas e setor privado, com vistas a ampliar as inovações tecnológicas. Os trabalhos foram coordenados pelo conselheiro Antoninho Trevisan.

Colóquio Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica sob o Olhar da Universidade

Data: 10/11/2009

Hora: 09h30 às 13h00

Local: Gabinete do Ministério da Fazenda, São Paulo/SP

Presenças: 3 conselheiros, 2 representantes e 8 convidados.

O evento deu continuidade ao debate sobre o processo de desenvolvimento da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação no Brasil, a partir do olhar de pesquisadores. O objetivo foi analisar os pontos fortes e as dificuldades existentes para a integração entre o conhecimento científico e a inovação tecnológica, de modo a fortalecer a interação entre universidades, institutos de pesquisa, rede social, setor público e setor privado.



Observatório da Equidade

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES da Presidência da República definiu, na Agenda Nacional de Desenvolvimento, a extrema desigualdade social como um dos grandes e complexos problemas a serem enfrentados pelo País, adotando a equidade como critério a presidir toda e qualquer decisão dos agentes públicos.

O Observatório da Equidade do CDES é espaço de produção de conhecimento por meio do diálogo social, cujo objetivo é aportar capacidade e instrumentos à sociedade para acompanhar o enfrentamento do problema das desigualdades.

Em seu terceiro ano de funcionamento, o Observatório da Equidade levou para o debate com os Conselheiros do CDES e com a Rede de Observação o 3º Relatório de Observação das Desigualdades na Escolarização e desenvolveu análise dos problemas geradores de iniquidades no Sistema Tributário Nacional, apresentando um conjunto de indicadores de acompanhamento no 1º Relatório de Observação do Sistema Tributário Nacional. O objetivo é aperfeiçoar o acompanhamento da situação nestas duas dimensões fundamentais para o desenvolvimento nacional.

10ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

Data: 21/01/2009

Horário: 10h00 às 13h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Pauta: discutir e fechar os indicadores do STN para o relatório final.

Presenças: 7 convidados.

19ª Reunião do Comitê Técnico

Data: 02/02/2009

Horário: 10h00 às 17h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Presenças: 1 conselheiro e 8 convidados.

Reunião com especialistas sobre Sistema Tributário Nacional

Data: 05/02/2009

Horário: 09h00 às 12h00

Local: BNDES, Rio de Janeiro/RJ

Presenças: 8 convidados.

Oficina sobre Sistema Tributário Nacional

Data: 12/02/2009

Horário: 14h00 às 18h00

Local: Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

Tema: Indicadores do Sistema Tributário Nacional

Presenças: 9 conselheiros, 4 representantes de conselheiros e 16 convidados.

Com o objetivo de aperfeiçoar o relatório de observação e a formulação de recomendações que serão apresentados ao Presidente da República, o Observatório da Equidade realizou uma Oficina no dia 12 de fevereiro, em São Paulo. Foram convidados para participar do diálogo a Secretária da Receita Federal Lina Vieira; o presidente do IPEA Márcio Pochmann; a conselheira Tânia Bacelar; o tributarista Amir Khair; o professor Fernando Rezende; o consultor da CNI, Flavio Castelo Branco, além de conselheiros do CDES e da equipe técnica responsável pela elaboração do relatório de observação.



11ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

Data: 20/02/2009

Horário: 10h00 às 13h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Presenças: 8 convidados.

6ª Reunião do tema Educação

Data: 17/03/2009

Horário: 16h00 às 17h00

Local: Ministério da Educação, Brasília/DF

Presença: 1 convidado.

12ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

Data: 19/03/2009

Horário: 10h00 às 13h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Presenças: 4 convidados.

Reunião com especialistas sobre Sistema Tributário Nacional

Data: 23/03/2009

Horário: 15h00 às 16h00

Local: Ministério da Fazenda, Brasília/DF

Presenças: 2 convidados.

Apresentar a Bernardo Appy, Secretário Extraordinário de Reformas Econômico-Fiscais, o esquema explicativo e o quadro de indicadores do Sistema Tributário Nacional com a finalidade de analisar e aperfeiçoar a proposta de leitura da situação.

20ª Reunião do Comitê Técnico

Data: 26/03/2009

Horário: 10h00 às 17h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Presenças: 6 convidados.

Reunião com a Secretaria de Educação Básica do MEC

Data: 14/04/2009

Horário: 09h00 às 10h00

Local: Ministério da Educação, Brasília/DF

Presenças: 2 convidados.

Pauta: análise sobre as políticas públicas que estão sendo implementadas com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais - como as políticas estão intervindo para reduzir as diferenças apontadas pelo Observatório da Equidade.

Reunião com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC

Data: 16/04/2009

Horário: 14h00 às 16h30

Local: Conselho Nacional de Educação, Brasília/DF

Tema: Desigualdades educacionais

Presença: 1 convidado.



Análise sobre as políticas públicas de condicionalidades que estão sendo implementadas com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais. Como as políticas estão intervindo para reduzir as diferenças apontadas pelo Observatório da Equidade.

13ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

Data: 23/04/2009

Horário: 14h00 às 17h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Presenças: 8 convidados.

Pauta: 1) Comunicar a data de realização das Oficinas do OE com a Rede de Observação - 12 de maio e apresenta a programação; 2) Avançar na análise de problemas e indicadores de iniquidade do Sistema Tributário Nacional.

Reunião com especialistas sobre Sistema Tributário Nacional

Data: 30/04/2009

Horário: 16h00 às 18h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Presenças: 5 convidados.

Oficina “Indicadores de Equidade do Sistema Tributário e Desigualdades na Escolarização”

Data: 12/05/2009

Horário: 09h00 às 18h00

Local: Centro Cultural de Brasília, Brasília/DF

Presenças: 14 conselheiros e 1 convidado.

O Observatório da Equidade levou para o debate com os Conselheiros do CDES e com a Rede de Observação o 3º Relatório de Observação das Desigualdades na Escolarização e o 1º Relatório de Observação do Sistema Tributário Nacional, com o objetivo de aperfeiçoar o acompanhamento da situação nestas duas dimensões fundamentais para o desenvolvimento nacional.

2ª Reunião Ampliada do Comitê Técnico

Data: 10/06/2009

Horário: 10h00 às 17h00

Local: DIEESE, São Paulo/SP

Presenças: 1 conselheiro e 6 convidados.

Análise estatística do plano tabular dos dados do Suplemento PNAD - Educação Profissional/IBGE e definição dos eixos de análise pelo Observatório da Equidade.

6ª Reunião do Conselho Diretor e Comitê Técnico

Data: 30/06/2009

Horário: 09h30 às 17h30

Local: Conselho Federal da OAB, Brasília/DF

Presenças: 6 conselheiros e 1 convidado.

Pontos da pauta:

- a) avaliação do modelo explicativo da Educação;
- b) estratégias de disseminação dos produtos do OE;
- c) planejamento das ações do GT educação profissional;
- d) educação do campo: estratégias de ação.



Seminário “O Plano de Desenvolvimento da Educação: resultados e desafios”

Data: 14 a 15/09/2009

Horário: 08h às 18h00

Local: Ação Educativa, São Paulo/SP

Tema: Avaliação do PDE

Presenças: 4 conselheiros e 100 convidados.

O Seminário teve o objetivo de estimular o debate público sobre o planejamento do desenvolvimento da educação e, mais especificamente, fazer um balanço dos dois anos do Plano de Desenvolvimento da Educação e contou com a participação de especialistas e de representantes do governo e da sociedade civil. Foram propostos quatro grandes temas a partir dos quais se desenvolveu o debate: 1) PDE: acesso e qualidade; 2) PDE e Desenvolvimento; 3) Partilha das responsabilidades; 4) Participação e controle social.

O evento foi aberto pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, que apresentou um panorama da evolução do PDE, com destaque para as conquistas consolidadas, sem deixar de lado os desafios existentes. O evento foi realizado em parceria com a Ação Educativa, coordenada pelo Conselheiro Sergio Haddad.

Mesa-Redonda Potencial das Políticas Tributária e Educacional para o Desenvolvimento com Equidade

Data: 08/10/2009

Horário: 09h30 às 13h00

Local: Sede da OAB, Brasília/DF

Tema: Políticas Tributária e Educacional para o Desenvolvimento com Equidade

Presenças: 4 convidados.

Atividade preparatória do Conselho Diretor e do Comitê Técnico do Observatório da Equidade para a participação do CDES na Conferência Nacional de Educação - CONAE 2010. A reunião teve como objetivo formular o conteúdo a ser divulgado durante as participações que o CDES/Observatório da Equidade terá nas fases estaduais e nacional da CONAE 2010.

Participação na Etapa Estadual da Conferência de Educação 2010

Data: 11/11/ 2009

Local: Fortaleza, Ceará

Participante pelo CDES: Conselheiro Jorge Nazareno Rodrigues

Participante pelo Observatório da Equidade: Rosa Maria Nader

Modalidade de participação: Apresentação da Palestra: “Educação e Equidade Social” na abertura da Conferência.

Data: 21/11/ 2009

Local: Porto Alegre/RS

Participante pelo CDES: Conselheiro Naomar de Almeida

Participante pelo Observatório da Equidade: Ana Lúcia Starling

Modalidade de participação: Apresentação de Palestra em Mesa de Interesse – O Potencial das Políticas tributárias e Educacional para o Desenvolvimento com Equidade.

Data: 24/11/ 2009

Local: Curitiba/PR

Participante pelo CDES: Conselheira Juçara Dutra

Modalidade de participação: Apresentação de Palestra

Data: 25/11/ 2009

Local: Salvador/BA

Participante pelo CDES: Conselheiro Naomar de Almeida

Modalidade de participação: Apresentação de Palestra em Mesa de Interesse – O Potencial das Políticas tributárias e Educacional para o Desenvolvimento com Equidade.



Atividades Internacionais

Conferência sobre o Plano Europeu de Recuperação Econômica: participação do CDES

Data: 17/03/2009

Horário: 08h00 às 18h00

Local: Sede do Conselho Econômico e Social Europeu, Bruxelas/Bélgica

Presenças: conselheiro Paulo Safady Simão.

O CDES foi representado pelo conselheiro Paulo Simão durante a Conferência sobre o Plano Europeu de Recuperação Econômica. Na ocasião foi debatida a primeira avaliação do plano pelo Comitê Econômico e Social Europeu.

Encontro com Delegação de El Salvador

Data: 05/06/2009

Horário: 10h00 às 12h00

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Tema: A experiência do CDES

Presenças: delegação do CDES: Marcio Favilla – Secretário Executivo da SRI, Esther Bemerguy de Albuquerque – Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; delegação de El Salvador: Juan Hector Vidal, Mario Rivera, Guillermo Ruiz Maida, Hugo Barrientos Clara.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social recebeu no dia 5 de junho uma delegação de representantes da sociedade civil de El Salvador para conhecer o trabalho do Conselho brasileiro, com vistas a criar um conselho econômico e social naquele país. A reunião foi feita a pedido dos representantes de El Salvador.

Mesa-Redonda da Sociedade Civil - Brasil/União Européia

Data: 07 e 08/07/2009

Horário: 09h00 às 13h00

Local: Sede do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), Bruxelas/Bélgica

Tema: Impactos sociais da crise internacional e os desafios do desenvolvimento

Pauta: Sistematização dos principais elementos para o documento comum CDES / CESE

Presenças: delegação do CDES: conselheiros Antoninho Trevisan, Antônio Neto, Artur Henrique da Silva Santos, Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo, Paulo Simão, Ricardo Patah e Zilda Arns; equipe SEDES: Esther Bemerguy Albuquerque - Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Ângela Cotta Ferreira Gomes - Secretária Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e Adroaldo Quintela – Diretor de Políticas de Desenvolvimento da SEDES; delegação CESE: Mário Sepi, Jean-Marie Biot, José Isaías Rodríguez García-Caro, Paulo Barros Vale, Madi Sharma, Giuseppe Maria Iuliano, Maud Jansson, Mário Soares, José Maria Zufiaur, Pedro Narro, Jan Olsson e Lutz Ribbe.

O acordo para estabelecimento da Mesa-Redonda foi assinado na Reunião de Cúpula Brasil - UE, realizada no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 2008. A Mesa é, como parte da arquitetura institucional da Parceria Estratégica Brasil - UE, um fórum de diálogo permanente no âmbito da sociedade civil. Nesse fórum serão discutidos todos os assuntos dentro do escopo da Parceria Estratégica e suas recomendações serão encaminhadas às Cúpulas Brasil - União Européia de Chefes de Estado.

A primeira reunião da Mesa debateu os “Impactos sociais da crise econômica internacional e os desafios do desenvolvimento: o papel do Estado e da Sociedade Civil”, tema considerado de grande relevância e atualidade pelas duas instituições e gerou um parecer conjunto final. Foi iniciado também o debate sobre Mudanças Climáticas e Energia, tema da próxima reunião, que acontecerá em dezembro no Brasil.



Assembléia Geral da AICESIS 2009

Data: 09 a 11/07/2009

Horário: 09h00 às 18h00

Local: Budapeste/Hungria

Pauta: Debate sobre relatório final do tema de trabalho da AICESIS para o período 2007-2009.

Presenças: conselheiros Antônio Neto e Paulo Simão.

O 11º Encontro Internacional da AICESIS, foi de extrema relevância, pois, além dos tópicos tradicionais - como balanço financeiro, relatório de atividades e adesão de novos membros - foi apresentado o relatório final sobre o tema de trabalho da AICESIS para o período 2007-2009. O relatório é resultado de amplo trabalho coordenado pelo Brasil de reflexão acerca da questão do desenvolvimento com equidade e responsabilidade ambiental; e reflete a posição concertada de representantes das sociedades dos quatro continentes.

Reunião de Cúpula Brasil-União Européia - participação do CDES

Data: 06/10/2009

Local: Estocolmo, Suécia

Presenças: conselheiros Antoninho Trevisan (CDES) e Mário Sepi (CESE).

Durante a reunião de Cúpula Brasil-União Européia, o conselheiro do CDES, Antoninho Trevisan, juntamente com o presidente do CESE (Comitê Econômico e Social Europeu), Mario Sepi, apresentaram às autoridades reunidas as conclusões da Declaração Conjunta acordada na 1ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Européia, realizada em julho de 2009, em Bruxelas.

Participação no XIV Congresso Internacional do CLAD

Data: 27 a 30/10/2009

Horário: 08h00 às 18h00

Local: Salvador/BA

Presenças: conselheiros Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio e Paulo Godoy.

O CDES participou do XIV Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento, coordenando dois painéis. O primeiro dele teve como tema “O desenvolvimento é necessariamente um processo de concertação” e contou com apresentações da secretária da SEDES, Esther Bemerguy, como coordenadora, e dos conselheiros Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio e Paulo Godoy. O conselheiro Antoninho Trevisan falou sobre como a crise econômica internacional fez com que o Estado brasileiro assumisse um novo papel. O conselheiro Clemente Ganz Lúcio falou sobre o processo de elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento no CDES. Por fim, o conselheiro Paulo Godoy tratou da importância do papel da sociedade civil nos debates das políticas públicas e o acompanhamento das ações tomadas para enfrentar a crise econômica, particularmente sobre o papel do investimento em infraestrutura neste processo.

O segundo painel, chamado “Metodologia Participativa na Construção de Ferramenta para Acompanhamento da Política Tributária no Brasil: a experiência do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, foi coordenado pela diretora da SEDES, Ana Lúcia de Lima Starling, com apresentações de integrantes do comitê técnico do Observatório da Equidade, Rosane Maia, do DIEESE, que tratou de “A participação do DIEESE na experiência coletiva de construção da ferramenta de acompanhamento da Política Tributária no Brasil”; e José Aparecido Carlos Ribeiro, do IPEA, cujo tema da fala foi: “A construção coletiva de uma crítica abrangente ao sistema tributário brasileiro: a experiência do Observatório da Equidade”



I Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia

Data: 01 e 02/12/2009

Local: Moscou, Rússia

Tema: Crise Econômica Mundial & Proteção Social: as experiências russa e brasileira

Presenças: delegação do CDES: conselheiros Artur Henrique da Silva Santos, Clemente Ganz Lúcio, Marcelo Néri, Nair Goulart e Paulo Simão; equipe SEDES: Esther Bemerguy Albuquerque - Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Ana Lúcia Starling – Diretora de Tecnologia de Diálogo Social da SEDES, Maria Luíza Falcão – Diretora Internacional da SEDES; delegação da Câmara Cívica da Federação Russa: Evgeniy Velikhov (chefe), Mikhail Ostrovskiy, Vyacheslav Nikonov, Valeriy Fadeev, Alexandra Ochirova e Iosif Diskin.

O encontro teve como objetivo adicionar a dimensão da sociedade civil e suas contribuições às relações Brasil - Rússia; contribuir para aumentar o entendimento mútuo entre as partes; e melhorar e fortalecer as relações entre os diferentes setores da sociedade civil e redes que estão representadas na Câmara Cívica da Federação Russa e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil.

Reunião do Conselho de Administração da AICESIS

Data: 02 a 05/12/2009

Local: Moscou, Rússia

Presenças: conselheiros Clemente Ganz Lúcio, Marcelo Néri, Nair Goulart e Paulo Simão;

A reunião do Conselho de Administração da AICESIS tratou dos seguintes temas: sistema de financiamento da associação (proposta do Conselheiro Paulo Simão); a colaboração com a ECOSOC - Nações Unidas na concessão do Prêmio ODM da AICESIS (proposta já discutida com participação do CDES Brasileiro); e deliberação sobre a metodologia para estudo do novo tópico de trabalho da Instituição para o período 2009-2011, durante a presidência italiana: “Visão e papel dos Conselhos Econômicos e Sociais na nova governança global: econômica, social e ambiental”.



Outras Atividades

Colóquio Desafios e Oportunidades do Cooperativismo

Data: 18/02/2009

Horário: 09h30 às 17h30

Local: Palácio do Planalto, Brasília/DF

Tema: Novos desafios do cooperativismo frente ao atual panorama econômico e social

Presenças: 8 conselheiros, 8 representantes de conselheiros e 44 convidados.

Na ocasião foram debatidos os novos desafios do cooperativismo frente ao atual panorama econômico e social e sobre o aprofundamento dos canais de interlocução com o governo federal para a implementação da agenda cooperativa. Na ocasião, foi redigida uma Moção com recomendações a respeito da legislação das cooperativas e medidas para incentivar o setor.

Comitê Gestor do CDES e Monitoramento da Crise Econômica Internacional

Data: 19/03/2009

Horário: 10h00 às 13h00

Local: Senado Federal, Brasília/DF

Pauta: Reunião com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade do Senado Federal. Participação de membros do Comitê Gestor do CDES

Presenças: 5 conselheiros e 10 convidados.

Os conselheiros do CDES membros do Comitê Gestor, e os conselheiros ligados à construção civil foram convidados pela Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade do Senado Federal para participar da 4ª reunião da comissão. O objetivo foi levar aos participantes as atividades que o Conselho vem realizando para o monitoramento da crise econômica mundial. Participam da reunião os conselheiros Paulo Godoy; Antoninho Trevisan; José Lopes Feijóo; Paulo Simão; Vicente Mattos.

Seminário de Política Externa para Conselheiros do CDES

Data: 24/06/2009

Horário: 14h00 às 18h00

Local: Instituto Rio Branco, Brasília/DF

Presenças: 14 conselheiros e 2 convidados.

O Seminário teve como objetivo principal dar aos conselheiros uma visão mais abrangente da política externa brasileira, com foco no desenvolvimento e nas mudanças conjunturais ocorridas após a explosão da crise econômica mundial. O evento foi importante por trazer aos conselheiros mais subsídios para a participação nas atividades internacionais do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Reunião preparatória Colóquio Brasil-África

Data: 10/09/2009

Horário: 14h00 às 18h00

Local: Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA

Presenças: 4 conselheiros e 12 convidados.

O Colóquio foi uma parceria entre o CDES e o Governo do estado da Bahia, com o objetivo de informar e debater os desafios para a integração entre o Brasil e a África frente às oportunidades construídas nos últimos anos e identificar ações que permitam ampliar as possibilidades e efetivar o potencial de cooperação e ação compartilhada entre Brasil e África, com foco no desenvolvimento. A coordenação ficou a cargo dos conselheiros João Bosco Borba e Murillo de Aragão.



Mesa-Redonda Consolidação das Políticas Sociais

Data: 21/10/2009

Horário: 15h00 às 18h00

Local: Edifício da CNC, Brasília/DF

Presenças: 7 conselheiros, 1 representante de conselheiro e 7 convidados.

Diante da declaração do Presidente da República na reunião plenária do CDES de que encaminhará ao Congresso Nacional uma proposta de consolidação das políticas sociais, os conselheiros se reuniram para debater os principais pontos a serem abordados, como forma de contribuir com o projeto.

Como contribuição a este debate, o Comitê Técnico do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social apresentou proposta com princípios, diretrizes e estratégias de um Sistema de Proteção Social, as políticas sociais que compõem este Sistema, bem como seus programas e ações, benefícios e resultados.

Colóquio Brasil-África

Data: 26 a 27/10/2009

Horário: 08h às 18h

Local: Salvador/BA

Presenças: 6 conselheiros, 6 representantes de conselheiros e 86 convidados.

O evento, promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e pelo governo no Estado da Bahia, contou com a presença do governador da Bahia, Jaques Wagner; do decano do grupo de embaixadores africanos, Thomas Sukutai Bvuma; do ministro da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, Edson Santos; do presidente da Fundação Pedro Calmon, Ubiratan Castro; do ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos; da secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arlete Sampaio; do diretor-executivo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Assane Diop e do embaixador Pedro Luiz Rodrigues. Durante o evento houve consenso de que a interação entre os países evoluiu muito desde 2003, mas ainda há espaço para progredir. Durante os dois dias de evento, foram realizadas quatro mesas de diálogo com os seguintes temas: “Cooperação Brasil-África: projetos em andamento e perspectivas de ação compartilhada”; “Comércio, investimentos e oportunidades de negócio”; “Desenvolvimento social”; e “Diálogo e participação da sociedade civil”. Ao fim dos debates, foi proposto: a elaboração de uma estratégia de comunicação com a sociedade brasileira sobre a importância da relação Brasil-África; a avaliação sobre a criação de zonas francas mútuas; e a criação de um conselho empresarial Brasil-África com a participação das principais instituições ligadas à exportação e indústria.

Em relação ao desenvolvimento social, sugeriu-se assegurar nas relações econômicas entre Brasil e África o cumprimento dos direitos fundamentais do trabalho, como a erradicação do trabalho infantil e a garantia de acesso a programas sociais.

No que concerne o estímulo à participação da sociedade civil, o Colóquio apontou a valorização do debate sobre a questão social e de gênero; a garantia da relação entre as sociedades civis paralelamente às ações entre governos; e o fortalecimento de organizações conjuntas das sociedades civis Brasil e África - entre trabalhadores, empresários e movimentos sociais.

Reunião com OIT do Brasil

Data: 09/12/2009

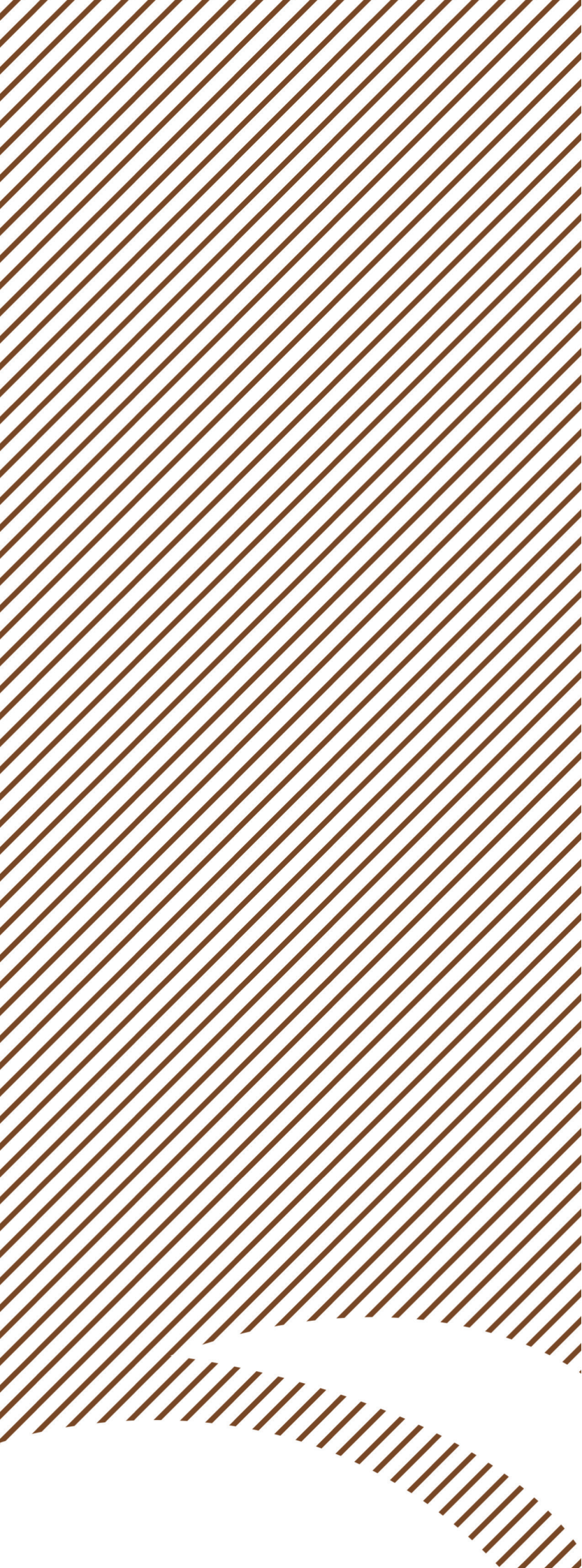
Horário: 13h00 às 15h00

Local: Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

Tema: Sustentabilidade e Empregos Verdes no Brasil

Presenças: 2 conselheiros e 4 convidados.

A reunião teve como objetivo apresentar e debater os resultados do estudo promovido pelo escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, intitulado “Empregos Verdes no Brasil: Quantos são? Onde estão? Como evoluirão nos próximos anos?”. Na ocasião também foi lançada a tradução para o português do relatório do estudo global “Empregos Verdes: rumo ao trabalho decente em um mundo sustentável como baixas emissões de carbono”.



Anexos

.....MOÇÔES



MOÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Brasília, 9 de dezembro de 2009.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social vem analisando e gerando contribuições sobre a matriz energética brasileira, tendo como parâmetro o desenvolvimento com equidade e responsabilidade socioambiental, em uma reflexão ampla acerca do modelo de produção, distribuição e consumo de energia.

Esta Moção é fruto dos debates sobre sustentabilidade e a eficiência energética, que envolveram Conselheiros e Conselheiras e especialistas nacionais e internacionais, ao longo de seis meses de trabalho, e busca contribuir para que sejam alcançadas as metas de eficiência energética, contidas no Plano Nacional de Energia 2030, bem como contribuir para o alcance dos compromissos do Brasil com relação à redução das emissões de gases de efeito estufa e mitigação dos efeitos das mudanças do clima.

Na sua atribuição de assessoramento os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, sugerem a Vossa Excelência:

- 1) Criar e implantar uma institucionalidade nova, devidamente preparada em termos técnicos e materiais, que articule todas as agências federais e estaduais e seja um ponto focal das ações de apoio à inovação em energias renováveis e eficiência energética, através da gestão dos recursos do Fundo de Inovação para Energias Renováveis e Eficiência Energética.
- 2) Incentivar a criação/expansão do mercado sustentável de eficiência energética no Brasil, adequando os marcos regulatórios e implantando mecanismos modernos de comercialização de eficiência energética tais como leilões e certificados de energia conservada (certificados brancos).
- 3) Dar continuidade e ênfase ao processo de incorporação de energias renováveis na matriz energética brasileira, especialmente o etanol e o biodiesel e incentivar a co-geração de energia proveniente da biomassa e o investimento em energia eólica, solar e de resíduos sólidos e efluentes.
- 4) Incentivar a formação de aglomerados produtivos sustentáveis (indústria, comércio e serviços) constituídos por agrupamentos estratégicos de empresas, em que os resíduos e a energia não utilizados possam ser reaproveitados gerando novos bens e serviços e contribuindo para a redução da emissão de resíduos e dos passivos ambientais.
- 5) Incentivar a conservação e eficiência energética nas indústrias eletrointensivas tais como siderurgia, alumínio, pastas e papel, ferroligas, petroquímica, soda-cloro, cimento, pelotização e cobre.
- 6) Promover a modernização dos equipamentos e transformadores das empresas distribuição de energia com vistas à maior conservação e eficiência energética e à melhoria da a qualidade dos serviços prestados aos consumidores.
- 7) Implementar programa de mobilidade urbana sustentável com ênfase em sistema de transporte coletivo de massa privilegiando metrô, veículos leves sobre trilhos, trens suburbanos e ciclovias em substituição ao transporte ao individual, de modo a reduzir o consumo de combustíveis e as emissões de CO₂, melhorar o fluxo viário e contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano.
- 8) Acelerar os investimentos no transporte ferroviário, hidroviário e dutoviário e de esteiras para aumentar a eficiência energética na matriz de transportes do Brasil, a fim de reduzir os custos de transportes, diminuir o consumo de diesel e a emissão de gases de efeito estufa, e também fortalecer medidas para reduzir distâncias entre produtores e consumidores.
- 9) Disseminar os conceitos de e propostas de empregos verdes e construções sustentáveis no âmbito da administração pública, do setor privado, das entidades representativas dos trabalhadores, das instituições de ensino, das organizações da sociedade civil e dos meios de comunicação de massa.
- 10) Universalizar, até 2015, o acesso à energia elétrica em todas as regiões do país, buscando incorporar mecanismos de construções sustentáveis e de autogeração de energia nas localidades de difícil acesso.
- 11) Incorporar os princípios e conceitos de sustentabilidade, educação ambiental e de eficiência energética no processo de formação de alunos e professores em todos os níveis de ensino.
- 12) Promover, em articulação com o setor privado e entidades representativas dos consumidores, a adoção compulsória da Etiqueta de Consumo Veicular.
- 13) Ampliar o papel social das empresas de comunicação (TVs, Rádios e Jornais) na difusão de temas relacionados à sustentabilidade, educação ambiental e eficiência energética, bem como incorporar a sustentabilidade e a eficiência energética na Política de Comunicação do Governo Federal.



MOÇÃO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

Brasília, 16 de novembro de 2009.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) debateu o tema da mudança do clima, tendo como pano de fundo a construção de um padrão de desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável e a responsabilidade compartilhada entre governos e sociedade neste sentido.

O Conselho ouviu especialistas do governo, academia e movimentos sociais; coordenou e relatou um debate internacional, que envolveu representantes da sociedade civil reunida em conselhos de dezenas de países e no qual foi apontada a necessidade de uma governança mundial voltada para o meio ambiente, capaz de atender aos atuais desafios do planeta.

O Conselho considera que o Brasil possui vantagens naturais e políticas para exercer um papel de liderança na 15ª Conferência das Partes, que tratará dos compromissos das nações com a mitigação da emissão de gases de efeito estufa (GEE) e será realizada em Copenhague em dezembro de 2009.

Na sua atribuição de assessoramento os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social manifestam a Vossa Excelência:

- O apoio ao compromisso brasileiro de redução das emissões no intervalo compreendido entre 36,1% e 38,9%. O compromisso compreende a redução de 80% do desmatamento da Amazônia, 40% do cerrado, além de ações na agropecuária, energia e siderurgia.
- O consenso sobre o princípio da responsabilidade diferenciada e o conceito de emissões históricas.
- O apoio à posição do governo brasileiro de cobrar nas negociações uma pronta definição, por parte dos países desenvolvidos, quanto ao aporte de recursos financeiros para viabilizar ações de mitigação e de adaptação em países em desenvolvimento, detentores de crédito climático e ambiental.
- A defesa que o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) seja incluído no Mercado Compensatório, na forma de compromissos adicionais dos países desenvolvidos mediante condicionantes que garantam a redução efetiva das emissões globais.
- A defesa para que o Brasil continue avançando para uma economia verde e de baixas emissões de carbono, aproveitando a nossa posição privilegiada em termos de produção de energias renováveis (que perfazem 46% da nossa matriz energética), a dotação de recursos naturais e rica biodiversidade, incluindo a maior cobertura florestal do mundo, cuja preservação interessa a todos os povos.
 - Cabe, neste sentido, a implementação e ampliação de ações para eficiência energética e uso racional de água, o combate ao desmatamento, o aumento da participação do transporte ferroviário, hidroviário, dutoviário e de esteiras na matriz de transportes brasileira, a incorporação crescente de energias renováveis na matriz energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa nos setores da indústria brasileira que mais emitem. Investimentos em ciência e tecnologia são fundamentais para este esforço.
 - O CDES sugere que sejam incorporados os princípios e conceitos de cidades sustentáveis nas sedes da Copa do Mundo de 2014 e na sede dos Jogos Olímpicos de 2016, enfatizando construções sustentáveis, o transporte coletivo de massa e o uso amplo de energias renováveis, visando reduzir a emissão de CO₂, melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida nas cidades, e utilizar esse modelo como padrão futuro para todas as cidades brasileiras de mais de 300 mil habitantes.
 - Garantir que as ações para implementação da economia verde resultem na geração de mais empregos, que só poderão ser considerados verdes se corresponderem a um conceito de trabalho decente e ao modelo de desenvolvimento sustentável, pensado em nível nacional.
- A convicção de que a educação e a comunicação intensiva, envolvendo toda a sociedade, são condições estruturantes para a sustentabilidade. O CDES se dispõe a contribuir para esta mobilização.
- A proposição de um esforço conjunto para o acompanhamento e para o cumprimento efetivo das metas, envolvendo o governo e os diferentes setores da sociedade.

Finalmente, o CDES destaca o exemplo e incentivo que estão sendo dados por países como o Brasil e a França, para que seja alcançado um acordo substantivo em Copenhague, indispensável para o bem estar das populações e para o futuro do planeta.

O Conselho insiste que as decisões como as tomadas durante a reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), realizada em Cingapura, em 15 de novembro, de transformar a 15ª Conferência das Partes, em Copenhague, em uma reunião para definição de princípios e não deliberativa, não diminuam a importância do encontro frustrando as expectativas internacionais pela sua resolutividade.

MOÇÃO SOBRE O PRÉ-SAL

Brasília, 20 de outubro de 2009.

Os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cumprindo atribuição de assessoramento ao Presidente da República em relação aos temas fundamentais para o desenvolvimento do País, reuniram-se para refletir e gerar recomendações sobre o modelo regulatório de exploração e produção das reservas de petróleo e gás descobertas na chamada camada “pré-sal” e áreas estratégicas e seus possíveis desdobramentos.

- Considerando as condições econômicas construídas pelo Brasil que lhe proporcionaram singular capacidade de agir e de promover o desenvolvimento com distribuição de renda.
- Considerando que a descoberta de tamanha riqueza permite à nação descortinar um futuro brilhante se a exploração e distribuição dessa riqueza for adequadamente regulamentada e bem administrada, com vistas ao País que se quer a longo prazo.
- Considerando que já se consolidou quase que uma unanimidade na sociedade brasileira de que o Estado precisa, de fato, assumir o controle sobre essa riqueza para garantir os interesses estratégicos do Brasil.
- Considerando que a ação do Estado deve ser imediata para não perder a oportunidade que o momento oferece ao País.
- Considerando que o legado às futuras gerações será incomensurável se o País se comprometer, finalmente, com um projeto de desenvolvimento que promova o pagamento da dívida social acumulada no passado.
- Considerando que a exploração e produção da imensa riqueza que representa o pré-sal não pode ser subestimada, podendo colocar a Petrobras entre uma das maiores empresas integradas do mundo e o Brasil entre as cinco maiores economias do planeta.
- Considerando que a exploração e produção da riqueza do pré-sal gerarão empregos diretos e indiretos nos mais diversificados setores, o que demanda uma política industrial articulada e integrada, de fomento e incentivo à produção nacional com progressiva agregação de valor em todos os elos que compõem a cadeia produtiva.
- Considerando que será necessária a criação de uma série de condições específicas em termos de garantias, financiamento e tributação para exploração do pré-sal e dos elos de sua cadeia produtiva, para sermos competitivos no mundo globalizado.
- Considerando que os fundos social e soberano deverão se adequar às diretrizes estratégicas traçadas para o desenvolvimento sustentável do País.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, órgão representativo da sociedade brasileira, recomenda a Vossa Excelência:

1. Aumentar a capacidade de financiamento da Petrobras para realização dos investimentos de médio e longo prazos necessários, em especial no pré-sal, por meio da capitalização da empresa.
2. Desonerar os investimentos, abrindo novas perspectivas para o crescimento das empresas brasileiras e consequentemente gerando novos empregos.
3. Otimizar a taxa de crescimento de produção das reservas e adotar medidas preventivas com intervenção mais ativa da autoridade monetária visando estabilizar a volatilidade do câmbio, variável fundamental para garantir a competitividade de nossas exportações e evitar qualquer risco de que o País venha a sofrer perigo de contaminação por fenômenos tais como a propalada “doença holandesa”.
4. Adequar o marco regulatório do setor à abundância das reservas descobertas, visando aumentar a participação da União no lucro-óleo.
5. Assegurar a apropriação da riqueza, por parte do Estado, em nome da sociedade, de forma a minimizar as disparidades de renda entre cidadãos e de desenvolvimento e bem-estar entre regiões, estados e municípios.
6. Garantir que a matriz energética brasileira mantenha a predominância de fontes renováveis e os segmentos de biocombustíveis não sejam preteridos com a exploração do pré-sal. Neste sentido os recursos do pré-sal também devem ser destinados para pesquisa e inovação em eficiência energética e novas fontes de energias limpas e renováveis.
7. Recomendar que o pré-sal seja desenvolvido da maneira mais sustentável possível liderando a produção global de hidrocarbonetos sustentáveis.
8. Defender a geração de empregos decentes e incentivar a qualificação dos trabalhadores para que a inserção do Brasil na economia mundial que se descortina respeite as convenções internacionais praticadas no Brasil e os direitos dos trabalhadores.



9. Garantir que o crescimento da indústria de petróleo no Brasil gere o desenvolvimento de uma cadeia de fornecedores de bens e serviços, capaz de aumentar o conteúdo nacional, de atender a demanda interna e sendo também importante centro de suprimento em nível global.
10. Gerar incentivos para que as empresas internacionais de exploração de petróleo comprem de empresas instaladas no Brasil, com ênfase, sempre que possível, na micro pequena e média empresa.
11. De posse dos recursos oriundos da riqueza do petróleo, universalizar as políticas sociais priorizando os investimentos em desenvolvimento social, educação, Ciência, Tecnologia & Inovação e infraestrutura.

O CDES se dispõe a ajudar a prospectar as necessidades de infraestrutura e equipamentos, em uma visão articulada da cadeia produtiva do pré-sal, conforme a demanda que Vossa Excelência apresentou.

Os Conselheiros e Conselheiras do CDES estão mobilizados para participar das análises e formulações e contribuir para informar o conjunto da sociedade brasileira que, necessariamente, deve ser envolvida nos debates.



MOÇÃO SOBRE O FORTALECIMENTO DE COOPERATIVAS

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em sua atribuição de assessoramento ao Presidente da República em relação a temas ligados ao desenvolvimento do país, reuniram-se para debater e gerar recomendações para o fortalecimento das cooperativas, diante de sua importância estratégica, econômica e social.

Considerando que as cooperativas são uma realidade consolidada e organizada no Brasil.

Considerando que, apesar disso, ainda há muitos pontos a serem aperfeiçoados, no que tange a sua legislação e interlocução institucional.

Considerando que este é um setor afetado pela crise econômica mundial, mas ao mesmo tempo gerador de oportunidades para o país diante da nova conjuntura econômica.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, no seu papel de subsidiar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, recomenda:

1. Assumir o compromisso com o apoio visando à celeridade do trâmite legislativo junto ao Congresso Nacional para que no máximo até o final do primeiro semestre de 2009, conclua-se o tratamento da legislação referente ao cooperativismo.
2. Fomentar o debate sobre a criação do sistema de crédito comunitário e regulação da moeda social com o objetivo de formalizar os fundos de crédito da economia solidária. Sobre este tema, há um projeto de lei de autoria da deputada Luiza Erundina que poderia ser tratado como contribuição inicial ao debate.
3. Fortalecer a intercooperação como forma de fomentar as relações comerciais entre as cooperativas.
4. Incentivar e apoiar as cooperativas de crédito com o objetivo de aumentar a sua participação no Sistema Financeiro Nacional de forma sustentável e socialmente justa, como indutoras da concorrência, queda do spread bancário, aumento da oferta de crédito, internalização da poupança local.
5. Ampliar e aperfeiçoar o apoio dos bancos públicos ao fomento das cooperativas.
6. Estender o programa de capitalização das cooperativas de crédito aos demais ramos do cooperativismo.
7. Oferecer linhas de crédito específicas para as cooperativas autogestionárias advindas de empresas recuperadas para a aquisição da massa falida, investimento em máquinas e equipamentos e capital de giro.
8. Reconhecer uma instância coletiva formada por governo e sociedade civil para coordenação e institucionalização de uma política de estado para o cooperativismo.

..... PARECER



PARECER SOBRE INVESTIMENTOS

Brasília, 09 de dezembro de 2009.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cumprindo sua atribuição de assessoramento ao Presidente da República em relação aos temas fundamentais para o País, vem debatendo e gerando formulações sobre a infraestrutura necessária para o desenvolvimento.

O Brasil vive hoje um momento de forte dinamismo, mobilizando grandes investimentos em saneamento, habitação, mobilidade urbana, logística de transporte e energia, e assumiu desafios de largo alcance para o País e mundo, como a Copa 2014, as Olimpíadas 2016 e o Pré-sal. Mas os investimentos e a construção da infraestrutura necessária não vem ocorrendo na velocidade requerida, configurando um entrave estrutural, um gargalo para o desenvolvimento.

O CDES recomenda, então, um esforço nacional, envolvendo diferentes poderes, esferas de governo e atores sociais, compartilhando a responsabilidade para o objetivo que certamente é comum: um Brasil mais desenvolvido e menos desigual.

Os Conselheiros e Conselheiras ouviram e debateram com dirigentes de diferentes órgãos, como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Advocacia Geral da União (AGU), a Controladoria Geral da União (CGU), o Ministério do Planejamento e a Casa Civil. Existe uma firme disposição de todos para o diálogo, respeitando a divisão de responsabilidades.

O consenso é que o diálogo de alto nível entre as instituições e atores sociais é o melhor caminho para se resolver problemas que afetam agentes públicos e privados e garantir que a execução e controle de investimentos públicos ocorra em ambiente com segurança jurídica e transparência, na velocidade requerida pelo processo de desenvolvimento do País.

Para o CDES é preciso levar em conta a complexidade crescente do desenvolvimento brasileiro e do provimento da infraestrutura, que envolve União, Estados, pequenos e grandes municípios; pequenas, médias e grandes empresas; diferentes realidades regionais, e múltiplos arranjos de cooperação e convênios.

É importante hoje considerar aspectos que tem gerado insegurança jurídica para gestores e empresas, como:

- Falta de padronização nas manifestações dos diversos órgãos, seja de execução, licenciamento ou controle.
- Não homogeneidade dos critérios de preços nas licitações entre quem as promove e quem as fiscaliza.
- Existência de sobreposições, conflito de competência e morosidade nos processos;
- O peso excessivo dos procedimentos, a responsabilização individual e a falta de um sistema de defesa eficaz dos atos administrativos realizados pelos gestores, dificultam a tomada de decisão e geram administrações conservadoras e com pouca efetividade.

Ressaltando os princípios da legalidade, transparência, eficiência, economicidade, eficácia e efetividade na administração pública, os Conselheiros e Conselheiras do CDES recomendam a Vossa Excelência:

1. Fortalecer a capacidade institucional dos gestores e executores de obras, nas diferentes esferas de governo e setor privado, para formulação, gestão e avaliação de projetos; implantando uma cultura do planejamento e de boas práticas administrativas;
2. Instituir um Programa Permanente de capacitação e desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais dos gestores de obras públicas em todos os níveis;
3. Analisar e aperfeiçoar o marco regulatório evitando que os órgãos de controle, em sua legítima e importante atuação acabem por definir padrões onde estas deficiências se materializam; e evitando também que os gestores abandonem a postura empreendedora;
4. Modernizar a Lei nº 8.666/93, separando grandes obras e grandes compras de investimentos e compras rotineiras, que poderiam ter padrões definidos em termos de opções de projeto, modelos de convênios e estrutura de governança, permitindo que os técnicos mais qualificados e os órgãos de controle possam se dedicar à gestão e ao compromisso maior com o andamento célere dos projetos de grande impacto;
5. Investir fortemente na integração entre os diversos órgãos de governo e entre os entes federados, para que todos os aspectos sejam levados em conta desde a concepção da ação, entendendo que as políticas públicas tem caráter crescentemente intersetorial / interdimensional;
6. Promover maior integração entre os gestores e as áreas jurídicas no âmbito do executivo, desde a formulação inicial dos projetos; e entre as áreas jurídicas dos vários órgãos da administração pública, permitindo que haja maior padronização de entendimentos;
7. Buscar a interlocução permanente entre os órgãos de controle interno e externo, para o conhecimento prévio das orientações e, caso exista divergência, o exercício do contraditório ainda em nível técnico;
8. Fortalecer o controle preventivo, o diálogo e a orientação; e buscar equilibrar, tanto na contratação quanto no controle, os resultados e os níveis de serviços esperados e os preços dos empreendimentos, respeitando, portanto, as dimensões de economicidade, eficiência e efetividade;



9. Promover amplo debate sobre critérios de formação de preços praticados, especialmente em empreendimentos complexos, com objetivo de equalizar critérios entre os executores e formuladores de preços com os dos órgãos de fiscalização e controle;
10. Investir na melhoria da qualidade das bases referenciais de preços (ex. Sinapi e Sicro). Os órgãos que registram esses referenciais devem ser auditados e devem apresentar, com mais transparência, para todos os agentes, os métodos e coleta e de formação de preços;
11. Tornar obrigatória nas indicações de medidas extremas, como paralisação de obra, a avaliação dos impactos, prejuízos e consequências de várias ordens para a sociedade, como insumo para decisão e responsabilização, no caso de erros nas indicações;
12. Delimitar prazos para manifestação de órgãos responsáveis por emitir pareceres, com etapas e responsáveis pelo processo disponíveis na Internet, de forma a dar mais velocidade na aprovação dos investimentos públicos e maior transparência para a sociedade e opinião pública;
13. Explorar e tornar obrigatório o instrumento das Audiências Públicas, previstas em lei, nas quais é possível levar a defesa, as razões dos órgãos executores e da sociedade, além de evidenciar e divulgar os motivos para paralisação de obras;
14. Garantir transparência em todas as etapas do processo de licitação e execução de obras e serviços, utilizando recursos diversos para dar acesso às informações, fortalecendo o controle social;
15. Garantir nas obras e empreendimentos públicos a observância das leis trabalhistas e o respeito aos princípios do trabalho decente e da legislação socioambiental.

Para o CDES são passos a serem dados em um processo de construção de um padrão de governança cuja finalidade é o bem estar da população e proteção das gerações futuras; governança na qual os procedimentos e os diferentes agentes estão efetivamente voltados para o Brasil mais desenvolvido, nos necessários aspectos econômicos, sociais, políticos, institucionais e ambientais.

O CDES propõe a continuidade dos esforços e do diálogo, baseados nos conceitos deste Parecer, que submete a apreciação de Vossa Excelência.

.....DOCUMENTOS.....



DECLARAÇÃO FINAL DA PRIMEIRA MESA-REDONDA CONJUNTA BRASIL – RÚSSIA

Moscou, 1 e 2 de dezembro de 2009.

«A crise financeira global e os sistemas de proteção social: as experiências russa e brasileira»

A Mesa-Redonda Brasil-Rússia voltada para discussão das questões de desenvolvimento é uma plataforma permanente para o diálogo e a cooperação entre as sociedades civis de ambos os países. O diálogo entre os representantes da sociedade civil da Rússia e do Brasil é uma premissa necessária para a compreensão mútua dos nossos povos, para o estabelecimento de espírito de cooperação, que contribui para o reforço das relações bilaterais entre o Brasil e a Rússia, e para a realização dos princípios e das teses do Acordo de Parceria entre a Federação Russa e a República Federativa do Brasil, assinado em 22 de junho de 2000, em Moscou.

Os participantes da Mesa-Redonda conjunta sublinham o seu empenho na realização do diálogo da sociedade civil, conforme as formas de cooperação expressas no Artigo 3 do Memorando de Entendimento para Cooperação, assinado pelas duas Partes no dia 10 de julho de 2009, em Budapeste.

As sessões da Mesa-Redonda conjunta realizar-se-ão com regularidade. As recomendações ali elaboradas serão encaminhadas para as autoridades políticas da Rússia e do Brasil, para serem levadas em consideração pela Comissão de Alto Nível da Cooperação Brasil-Rússia (CAN), no âmbito do Acordo de Parceria entre a Federação Russa, representada pelo Presidente do Governo Russo, e a República Federativa do Brasil, representada pelo Vice-presidente da República.

Durante a primeira Mesa-Redonda conjunta voltada para a discussão sobre questões do desenvolvimento, organizada pelas sociedades civis do Brasil e da Rússia, discutiu-se o tema **«A crise financeira global e os sistemas de proteção social: as experiências russa e brasileira»**.

A crise e o desenvolvimento na visão dos participantes da Mesa-Redonda

Os participantes da Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia ressaltaram que uma das principais razões da recente crise global é a imperfeição da regulação dos sistemas financeiros globais e nacionais. A crise revelou os defeitos das instituições financeiras multilaterais e subnacionais básicas, que já não correspondem às necessidades da maioria dos países no século XXI. Concordaram sobre a urgência de se fazer uma reforma profunda da regulação econômica global buscando: a eliminação da fragmentação do sistema, maior legitimidade e eficácia, capacidade de antecipar crises e elaborar medidas efetivas para prevenção destas e atenuação das consequências de crises já ocorridas.

Outra causa da crise identificada pela Mesa-Redonda de Moscou foi o atual modelo de desenvolvimento global que impõe a todos os países instituições políticas, econômicas e sociais padronizadas, que ignoram as particularidades históricas, nacionais e culturais de diferentes países e que se sustenta sobre idéias de individualismo e de isolamento social. Este modelo levou a sérias contradições e a convulsões políticas e sociais. Muitas vezes o crescimento econômico não era acompanhado pelo desenvolvimento verdadeiro, pela resolução dos problemas sociais essenciais, pela superação da pobreza, pela elevação do nível de cultura e de instrução da maioria da população.

Destacaram que as lições da crise devem tornar-se o impulso para corrigir o desacreditado modelo da globalização. Isto não significa que o processo de globalização não tenha continuidade, mas reconhece-se a necessidade de elaboração de um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado em valores humanitários, na solidariedade e na justiça, com participação democrática e que contemple as particularidades do desenvolvimento nacional. Um modelo que crie possibilidades para reduzir a desigualdade e fortalecer as dimensões humanitárias e sociais, condições essenciais para o desenvolvimento de longo prazo. Neste projeto global, desempenham papel relevante os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil.

Foi consenso que os efeitos da crise recolocaram no mundo a discussão sobre o papel do Estado como indutor, regulador e impulsionador do desenvolvimento. A crise revelou, claramente, que o Estado Nacional é a instituição básica que carrega o peso da luta contra a retração econômica. Hoje é preciso recomençar uma intensa discussão internacional sobre o novo papel do Estado que não só regule as relações políticas, econômicas e sociais mas, também, que indique as prioridades do desenvolvimento social e humanitário. Ao mesmo tempo, a definição das prioridades e a busca de instrumentos para a consolidação de um desenvolvimento sustentável com inclusão social só são possíveis a partir de um diálogo intenso com a sociedade civil.

A discussão mostrou que a realização dos programas sociais de grandes proporções, o apoio aos sistemas da proteção social se tornaram instrumentos importantes para sustentar a estabilidade social nos nossos países, e também estimularam a demanda agregada nacional. A realização destes programas tornou-se o fator preponderante de redução das consequências e de superação gradual da crise, tanto no Brasil quanto na Rússia.

Um lugar importante na discussão da nova geopolítica pós-crise foi atribuído aos debates sobre o papel da coalizão dos países membros dos BRICS no desenvolvimento global. Sobre as perspectivas de desenvolvimento desta coalizão e das possibilidades para o desenvolvimento dos nossos países, que se abrem a partir da criação desse bloco foi assinalado que os BRICS já se tornaram um fator



importante para a formação do mundo multipolar, para a reconstrução da ordem econômica mundial. A criação e o incremento da atividade dos BRICs torna-se instrumento considerável no processo decisório dos problemas importantes, geopolíticos e econômicos, dos nossos países. O desenvolvimento futuro dos BRICs, segundo a opinião dos participantes da discussão, está vinculado à inserção nos programas de cooperação, dos aspectos relacionados com ciência, tecnologia e inovação, educação e meio ambiente. As tarefas de desenvolvimento do potencial tecnológico nacional, comuns para os países membros dos BRICs, pressupõem a realização de projetos científicos e tecnológicos multilaterais e bilaterais. Uma tarefa importante das sociedades civis dos nossos países é a difusão da idéia dos BRICs, dos objetivos e tarefas desta coalizão de países e o estímulo à ampliação do componente humanitário e social de suas atividades.

As consequências sociais e as lições da crise financeira

A crise afetou todos os países, sobretudo as camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade - as famílias que têm muitos filhos, os jovens e as mulheres. Contribuiu para o agravamento das desigualdades e para o aumento de desemprego no mundo. A influência da crise foi atenuada nos países que conservaram alto nível de proteção social e onde se estimulou o mercado interno.

Na Mesa-Redonda conjunta foi assinalado que o desenvolvimento sustentável implica mudança de direção dos novos projetos para atingir objetivos sociais alcançáveis e implementação de políticas de defesa do meio-ambiente. É necessário que as organizações dos empregadores e trabalhadores, e também dos demais atores sociais, participem da elaboração e da execução das medidas políticas, orientadas não apenas para a superação das crises mas, também, apresentando novos projetos de desenvolvimento, que contemplem os aspectos econômicos, sociais e ambientais. A geração de empregos, o apoio às atividades empresariais de pequeno e médio porte, a transição para uma economia com baixa emissão de dióxido de carbono e o desenvolvimento sustentável devem ser prioridades nos atuais planos estratégicos de reconstrução da economia. Atenção especial deve recair sobre os programas de trabalho voltados para as questões sociais, para a preparação profissional e para a educação em geral.

A Mesa-Redonda conjunta tornou-se um importante instrumento do diálogo entre o Brasil e a Rússia sobre as questões da proteção social e também sobre as questões de emprego, no âmbito da primeira atividade de cooperação, tal como previsto no Memorando de Entendimento. Os participantes manifestaram a prontidão de contribuir ativamente para esse diálogo e participar como órgãos consultivos, trocar informações sobre os projetos que estão realizando e sobre a prática avançada e a experiência da sociedade civil em seus países.

As recomendações

A elaboração de sistemas de proteção e promoção social têm que se realizar em sintonia com a estratégia do desenvolvimento sustentável.

Recomendamos que os programas sociais e econômicos que se elaboram e se implementam por todos os atores políticos, econômicos e sociais, sejam baseados nos seguintes princípios e prioridades:

- Estímulo ao trabalho decente e reforço à coesão social, redução de desigualdades, afirmação de igualdade de etnias e de gênero, aumento de oportunidades de emprego para a juventude;
- Desenvolvimento de projetos de utilização de fontes de energia renováveis, de atividades científicas, de pesquisa e de inovações tecnológicas;
- Avaliação do nível de influência dos projetos em relação à preservação do meio ambiente e das mudanças do clima;
- Considerar a criação e o desenvolvimento de capacidades como um elemento essencial do desenvolvimento do sistema de proteção social, como um recurso para o desenvolvimento;
- Reforçar o diálogo com os parceiros sociais e com outras organizações da sociedade civil durante a elaboração e a realização destes programas;
- Realização do potencial de criação de empregos verdes.

O memorando de entendimento assinado entre as partes é o documento base que orienta o debate e a cooperação entre a Câmara Cívica de Federação Russa e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, para trocar informações sobre as direções de atividades das Partes e elaborar as novas iniciativas comuns.

Os participantes do encontro propõem discutir na próxima sessão, que vai se realizar no Brasil em 2010, o seguinte tema: «O papel dos BRICs como instrumento de formação da nova ordem econômica, de criação de mecanismos de eficácia da governança global, de decisão das tarefas prioritárias do desenvolvimento dos países participantes».

O presente documento final será entregue às autoridades políticas superiores do Brasil e da Rússia, como está previsto no Memorando de Entendimento para cooperação entre a Câmara Cívica de Federação Russa e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, e também será transmitido à próxima reunião de Cúpula da Comissão de Alto Nível de cooperação entre o Brasil e a Rússia (CAN), que ocorrerá em 2010. Neste sentido, os participantes da Mesa-Redonda conjunta insistem que as autoridades russas e brasileiras proponham que os co-presidentes das Partes apresentem as recomendações decorrentes da Mesa-Redonda na reunião da CAN.



RELATÓRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Recomendações e sugestões do GT Matriz Energética para o desenvolvimento com equidade e responsabilidade socioambiental

Brasília, 5 de novembro de 2009.

I. Considerações iniciais sobre o diálogo social no GT Matriz Energética

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência da República, vem dialogando e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, compreendendo-o como uma missão estratégica compartilhada entre o governo e a sociedade civil. O diálogo plural entre perspectivas distintas no qual interagem interesses, opiniões e posições legítimas de diferentes setores da sociedade brasileira é o método essencial do CDES para que cada um dos temas seja apreciado e avaliado em suas múltiplas dimensões visando à construção dos consensos possíveis.

Este primeiro relatório do Grupo de Trabalho Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental é mais uma expressão dos resultados do diálogo plural, democrático e efetivo do CDES, cujo objetivo foi assim definido: “aprofundar o debate do CDES sobre a matriz energética focalizando as reflexões e proposições sobre a oferta e demanda de energia renovável e não renovável, alicerçado em novo padrão de desenvolvimento que busque o equilíbrio entre segurança alimentar, segurança energética e segurança hídrica e, contribua para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e para o bem estar da população brasileira”.

Para alcançar o mencionado objetivo, os conselheiros entenderam que o eixo das discussões do Grupo de Trabalho não deveria ficar restrito às questões relacionadas com a oferta de energia. Deveria ressaltar também a demanda de energia com discussões sobre aspectos vinculados à mudança dos padrões de consumo e eficiência energética, entre outros assuntos relevantes para o desenvolvimento com equidade, como a articulação da produção de energia com o trabalho verde (*green job*) e a sustentabilidade nas dimensões cultural, social, econômica, ambiental e política.

O debate e as proposições do GT deveriam ser orientados, portanto, para uma reflexão ampla sobre o modelo atual de produção, distribuição e consumo em um novo padrão de desenvolvimento no qual sejam priorizados, simultaneamente, redução do desperdício e conservação de energia e a crescente incorporação de energia limpa e renovável, sem perder a oportunidade de realizar uma virtuosa exploração e produção do petróleo já existente e aquela que vier a ser extraída da camada do pré-sal.

Durante seis meses de atividades, no período compreendido entre 19 de fevereiro e 20 de agosto de 2009, foram realizados diversos colóquios e reuniões envolvendo ministros e secretários nacionais e estaduais, pesquisadores e técnicos de renome nacional e internacional, empresários, sindicalistas, representantes de organizações da sociedade civil e dirigentes de empresas públicas, mobilizando mais de 600 pessoas qualificadas em debates sobre o tema da sustentabilidade e da eficiência energética. Por meio do diálogo e do intercâmbio de conhecimentos, idéias e propostas variadas, os conselheiros acumularam informações suficientes para elaborar um primeiro relatório contendo recomendações para o Governo e sugestões para o conjunto da sociedade brasileira.

As atividades deste Grupo de Trabalho não se encerram com a elaboração deste relatório. O GT está debatendo as questões envolvidas com o pré-sal em parceria com o Grupo de Trabalho Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento e participando do processo de preparação do CDES para a Segunda Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil – União Européia que será realizada em Brasília no mês de janeiro de 2010. Naquela oportunidade será debatido o tema Convenções do Clima e Matriz Energética Mundial com representantes do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) e elaborado uma Declaração conjunta, que será submetida aos respectivos chefes de governo, no âmbito do Acordo Quadro da Parceria Estratégica Brasil – União Européia.

A partir de fevereiro de 2010 estarão na agenda de debates do GT os temas: energia nuclear, matriz de transportes, renovação de concessões de hidrelétricas, política tarifária de energia, integração energética sul-americana e papel do Estado na política energética.

II. Introdução

O Brasil construiu ao longo de sua história uma matriz energética com elevada participação de energias renováveis (45,9% em 2007), principalmente se compararmos com a qualidade da matriz energética mundial (12,9% de energias renováveis) e de apenas 6% nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A maior parcela das emissões de gases de efeito estufa dos países ricos (maiores emissores de CO₂) provém do uso intensivo de energia e combustíveis de fontes não renováveis representadas pelo consumo de petróleo, carvão e gás. No Brasil cerca de 75% das emissões de gases de efeito estufa é proveniente das queimadas e destruição de nossas florestas, motivo pelo qual o Plano Nacional de Mudanças Climáticas prevê redução de 80% do desmatamento até 2020, como uma das contribuições do país para a redução do aquecimento global.



Interessa ao Brasil manter uma liderança mundial em energias renováveis e, neste sentido, a eficiência energética é tema fundamental. Essa liderança pode e deve ser ampliada, mesmo com aumento do consumo de energéticos induzido pelo crescimento econômico, pelo aumento de consumidores decorrente da melhora da distribuição de renda e pela política de universalização do acesso à energia elétrica em todas as regiões do país.

O Brasil se tornou um país urbano e industrializado desde as últimas décadas do século passado, mas ainda é caracterizado por profundas desigualdades econômicas, regionais e sociais. Atualmente, possui mais de 190 milhões de habitantes, porém, cerca de 5,5 milhões de famílias não dispõem de geladeira. Ou seja, aproximadamente 20 milhões de brasileiros não dispõem de meios para conservar alimentos e bebidas. Para assegurar a melhoria das condições de vida dos mais pobres é imprescindível o acesso à energia e aos bens de consumo durável (geladeiras, rádios, televisores, tanquinhos etc) que ampliam o consumo de energia e já fazem parte do cotidiano da maioria dos brasileiros.

Eficiência energética envolve a oferta e demanda de energia. Pelo lado da oferta pode ser alcançada na geração (repotenciação de usinas hidrelétricas antigas, maior utilização da cogeração¹ e efficientização do ciclo das usinas termelétricas em operação), nas linhas de transmissão e na distribuição (por meio da substituição dos atuais transformadores por outros mais novos, mais eficientes e menos poluidores), por melhor desempenho de veículos, ampliação do transporte ferroviário e hidroviário e, ainda, pelo aumento da oferta de transportes coletivos urbanos que propiciem menor uso de automóveis nas cidades brasileiras. Do lado do consumo, maior eficiência pode ser obtida na indústria (sobretudo nas indústrias eletrointensivas como alumínio, pastas e papel, siderurgia, ferroligas, petroquímica, soda-cloro, cimento, pelotização e cobre), nas residências (substituição de geladeiras, fogões, ar-condicionado, lâmpadas incandescentes, chuveiro elétrico), no setor público, no comércio, na agropecuária e no setor de serviços.

Tendo em vista o enfrentamento do crescimento da demanda de energia (eletricidade e combustíveis) em todos os setores da economia e da sociedade brasileira, recomendamos que a política pública de eficiência energética seja percebida como uma política prioritária voltada para reduzir os custos da produção, transmissão e distribuição de energia, para reduzir o desperdício no consumo de energia e de combustíveis e contribuir para aumentar a competitividade das empresas brasileiras.

O apagão de 2001 marca uma tendência a ampliar a oferta de usinas termelétricas movidas a óleo no Brasil, que custam mais caro e emitem muito mais gases de efeito estufa que as usinas hidrelétricas. Ademais, as dificuldades para obter o licenciamento ambiental de novas usinas hidrelétricas têm influenciado a expansão de usinas térmicas nos últimos anos e, também, direcionado o debate e a decisão de política energética para o emprego de novas fontes de energia limpa e renovável tais como a energia da biomassa (cana-de-açúcar e lenha), eólica e solar, principalmente como complemento da oferta de energia no país. No que diz respeito ao consumo de combustíveis, o uso de etanol em carros de passeio já superou a utilização da gasolina no Brasil e o Governo passou a incentivar a mistura de biodiesel ao óleo diesel, sendo estabelecido o aumento do percentual de 4% para 5% a partir do início de 2010.

Por conta desses fatores e, mais recentemente, pela descoberta de abundantes jazidas de petróleo na camada do pré-sal, diferentes setores da sociedade brasileira começaram a acender uma luz amarela no que tange a possibilidade de sujarmos nossa matriz energética e ampliarmos nossas emissões de CO₂. Esse debate tem sido enfrentado em diversos grupos de trabalho no CDES. Gradativamente se fortalece o consenso de que é possível e desejável superar a contradição do Brasil se tornar um grande produtor e exportador de derivados de petróleo e, simultaneamente, manter as vantagens competitivas de possuir uma matriz energética mais limpa e renovável, num cenário de mobilização mundial para redução da emissão de gases de efeito estufa e de mitigação dos efeitos do aquecimento global.

Coerentes com o princípio da indissociabilidade entre a segurança energética, a segurança ambiental e a segurança alimentar, e com o objetivo da sustentabilidade econômica, social e ambiental, defendemos que a produção e a exploração do pré-sal são importantes para o desenvolvimento econômico e social do país. Defendemos, simultaneamente, que o percentual de participação das energias renováveis em nossa matriz energética deve ser mantido ou mesmo ampliado. Portanto, este relatório contém recomendações no que diz respeito a usar parcela dos recursos do pré-sal para a eficiência energética e para o desenvolvimento de pesquisa e inovação nas energias renováveis, incluindo o biodiesel e o etanol de segunda e terceira geração. Também alertamos para que a produção de alimentos e agroenergéticos leve em conta um melhor emprego dos nossos recursos naturais e não avance para biomas sensíveis, razão pela qual reconhecemos os benefícios advindos do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, ao mesmo tempo em que reivindicamos a adoção desse modelo de zoneamento e do zoneamento ecológico e econômico para outras culturas e para a pecuária.

1 No Brasil a cogeração representa cerca de 6% da matriz energética, enquanto a média mundial é superior a 20%, com destaque para Dinamarca, Holanda, Finlândia, Rússia e Alemanha. Há um grande potencial de cogeração no país a ser explorado na indústria (sucroalcooleira, papel e celulose, metalurgia, petróleo e química).

2 Sob um ponto de vista alternativo, acredita-se que as reservas de petróleo do pré-sal podem até mesmo representar uma diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Isso porque o óleo do pré-sal, de melhor qualidade, deslocaria do mercado o óleo de pior qualidade e que emite mais CO₂, como o petróleo proveniente das areias betuminosas de Alberta no Canadá, que é caro e de baixa qualidade.



A sustentabilidade deve preceder e presidir nossos estudos, análises e recomendações apontou para o debate da implantação e disseminação de espaços educadores sustentáveis e consolidamos a compreensão de que a priorização da eficiência energética e a introdução de novas fontes limpas e renováveis exigem mudanças culturais profundas no seio da sociedade brasileira, bem como na concepção e formação dos profissionais que gerenciam e executam projetos nessas áreas.

Também foram focados novos padrões de construções e de cidades sustentáveis pensando na melhoria da qualidade de vida da nossa população urbana e na redução das emissões de CO₂ nas cidades brasileiras, assim como no aumento da eficiência energética e na melhoria do uso da água nas residências e edificações públicas e privadas. Consideramos essencial mudar radicalmente o nosso modelo de mobilidade incentivando o transporte coletivo (metrô, ônibus, corredores de transporte) e a ampliação de ciclovias. Acreditamos e defendemos que a organização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 deve ser aproveitada como uma oportunidade singular para melhorar substantivamente a mobilidade urbana, e que deve servir como um legado e referencial para a transformação das nossas cidades, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos residentes e para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Um modelo de desenvolvimento com equidade e responsabilidade socioambiental tem potencial significativo para ensinar um leque de oportunidades para constituição de uma economia verde com novos produtos, novos processos (de produção, distribuição, comercialização, consumo, gestão, monitoramento e avaliação) e novos materiais ensinando no seu bojo a criação de empregos verdes e de novas fontes de renda. Neste sentido, elaboramos recomendações envolvendo o setor público e privado.

Visando propiciar sustentação política à mudança de paradigma no campo da sustentabilidade e da eficiência energética elencamos sugestões voltadas a fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão do setor público e buscar maior envolvimento e compromisso do setor privado e de todos os segmentos da sociedade brasileira. É necessário reforçar a seguinte premissa que deve nortear o planejamento energético brasileiro: a energia representa um bem público e deve estar a serviço da coletividade, com custo razoável, a fim de não se tornar um empecilho ou um fator que dificulte o nosso desenvolvimento, buscando constantemente a eficiência energética e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais como preceitos empíricos dos nossos programas e projetos. Para o investidor deve-se, contudo, garantir os equilíbrios econômico-financeiros dos contratos, implicando, inclusive, no pleno aproveitamento do potencial de preço e retorno ao investimento prudentemente necessário, sem descuidar do princípio da modicidade tarifária.

III. Recomendações e Sugestões

A) Sustentabilidade, educação, cultura e ciência e tecnologia:

O Plano Nacional de Mudanças Climáticas prevê a implementação de programas de espaços educadores sustentáveis via readequação de prédios e de gestão, bem como investimento na formação de professores e inserção dessa temática nos currículos escolares. Espaços educadores sustentáveis são aqueles que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Assim, para que a educação ambiental seja efetiva e contribua para a mitigação dos efeitos das mudanças do clima e a formação de uma nova cidadania, foi consenso nas discussões entre os conselheiros que as instituições de ensino sejam incubadoras de mudanças concretas na realidade social articulando três eixos: edificações, gestão e currículo.

O Plano Nacional de Energia prevê que a energia conservada corresponderá a 10% da matriz elétrica brasileira até o ano de 2030, o que equivale a, aproximadamente, 23,2 mil MW. Ao considerarmos também o tema da sustentabilidade ambiental, social e econômica evidenciou-se a necessidade e urgência de acelerar investimentos em ciência, tecnologia e inovação voltados para eficiência energética e novas fontes de energia renováveis, inclusive com a aplicação de recursos financeiros e tecnológicos provenientes da produção, exploração e transporte do petróleo do pré-sal.

1. Criar espaços educacionais sustentáveis que abordem a interação humana, o uso racional dos recursos e o consumo sustentável, dentre outros aspectos;
2. Introduzir conteúdos programáticos e/ou disciplinas acadêmicas relativos à eficiência energética e construções sustentáveis nos currículos dos cursos de Engenharia e Arquitetura, assim como nos cursos superiores, técnicos e profissionalizantes em áreas correlatas;
3. Incorporar os princípios e conceitos de sustentabilidade, educação ambiental e de eficiência energética no processo de formação discente e docente em todos os níveis de ensino;
4. Criar sistema de formação e capacitação de profissionais aptos a gerir processos de transição de sistemas centralizados para sistemas descentralizados de produção, distribuição e consumo de energia, bem como promover a produção e uso de energias limpas e renováveis;
5. Promover a mudança cultural da cidadania brasileira visando eficiência na utilização da energia e diminuição da intensidade energética com foco na preservação dos recursos naturais;
6. Fortalecer a pesquisa e a inovação tecnológica em processos de eficiência energética, construções sustentáveis, transporte coletivo urbano, produção de energias sustentáveis e reciclagem de resíduos sólidos e efluentes, novos materiais e processos e modernização da infraestrutura logística e de transportes de cargas e de pessoas etc;



7. Ampliar as pesquisas e o incentivo à inovação tecnológica na geração, transmissão, distribuição e consumo de energia, bem como na produção de combustíveis limpos e renováveis;
8. Incentivar a iniciativa privada e as empresas públicas a ampliar a inovação nas áreas de eficiência energética e construções sustentáveis, no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo;
9. Criar instrumentos para fortalecer o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de diminuição da intensidade energética, bem como estudos de novas fontes de energia com os respectivos instrumentos de mensuração do balanço energético;
10. Empregar recursos financeiros do pré-sal para investimentos massivos em educação, ciência e tecnologia para eficiência energética nas áreas de energia e transporte e na incorporação de novas fontes de energia limpa e renovável visando ampliar e consolidar a liderança mundial do Brasil na produção e consumo de energias renováveis;

B) Cidades e Construções Sustentáveis:

As cidades e as construções habitacionais possuem elevado potencial para a promoção da eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa. Nesse sentido, formamos o consenso sobre a urgência e relevância de se adotar novo modelo de cidades sustentáveis no Brasil, ancorado em sistema de transporte público de massa privilegiando metrô, veículos leves sobre trilhos e ciclovias em substituição ao uso do transporte individual, que dificulta a mobilidade em nossas grandes e médias cidades. Concluímos que a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 deve ser encarada, também, como uma oportunidade de construir um legado para a população residente nas cidades sedes se beneficiar de um modelo de mobilidade urbana mais humano e mais sustentável.

Com relação às construções habitacionais constatamos que a incorporação de práticas de sustentabilidade é uma tendência crescente no mercado, sobretudo nos empreendimentos voltados para as classes de poder aquisitivo mais elevado. Consideramos importante incorporar o *Retrofit*, que tem o objetivo de revitalizar antigos edifícios, aumentando sua vida útil, por meio da incorporação de tecnologias e utilização de materiais mais avançados do ponto de vista da sustentabilidade ambiental. Entretanto, ressaltamos a importância de introduzir progressivamente uma agenda de sustentabilidade nos programas habitacionais destinados à população de baixa renda. Destacamos a relevância do apoio ao uso de aquecimento solar no Programa Minha Casa, Minha Vida como uma primeira iniciativa dessa agenda. Consequentemente, outros itens de sustentabilidade, eficiência energética e uso racional de água devem ser incorporados nos novos programas destinados a reduzir o déficit habitacional no médio prazo. Foi consolidado também o consenso de que é necessário desenvolver todo o entorno das moradias, garantindo mobilidade urbana sustentável às pessoas e qualidade de vida, contribuindo, inclusive, para minorar o impacto sobre o sistema de saúde.

11. Incorporar princípios e ferramentas de construções sustentáveis nos projetos de urbanização de assentamentos precários e de renovação urbana;
12. Incorporar os princípios e conceitos de cidades sustentáveis nas 12 sedes da Copa do Mundo de 2014 e na sede da Olimpíada de 2016, enfatizando construções sustentáveis e o transporte coletivo de massa em substituição ao transporte individual visando reduzir a emissão de CO₂, melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida nas cidades;
13. Elaborar - sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e com a participação interministerial e dos órgãos estaduais e municipais das sedes da Copa do Mundo de 2014 - um Manual de Procedimentos Especiais para o licenciamento de obras e serviços que fazem parte da infraestrutura do evento;
14. Elaborar - com a participação dos órgãos de controle e fiscalização do Estado - um Regime Especial de Compras Governamentais nos editais de licitação visando a contratação de obras e serviços que integram a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, com orientações relacionadas ao emprego dos mais modernos conceitos de sustentabilidade econômica, social e ambiental;
15. Incorporar os princípios, conceitos e metodologias de cidades sustentáveis em municípios de capitais, em municípios com população superior a 300 mil habitantes e em municípios situados em regiões metropolitanas;
16. Promover a articulação entre os três níveis de Governo, o Poder Legislativo e o Tribunal de Contas da União visando alterar a Lei 8.666 (Lei das Licitações) e sua regulamentação, objetivando assegurar a realização de compras e obras sustentáveis, preservando e aperfeiçoando os critérios de eficiência, economicidade, eficácia e transparência nas licitações governamentais;
17. Adotar políticas públicas para incentivar a transformação do mercado na direção das construções sustentáveis, por meio de instrumentos regulatórios (normas e códigos de edificações) e de crédito;
18. Incorporar aos novos projetos de habitação popular os princípios, metodologias e materiais de construção e de gestão de obras que utilizem critérios sustentáveis, abrangendo o entorno dos conjuntos residenciais;
19. Adotar critérios de construções ambientalmente sustentáveis nos financiamentos imobiliários oferecidos pelos bancos públicos, sugerindo, também, sua aplicação aos bancos privados;
20. Apoiar e incentivar ações de construção e reforma e a ampliação de edificações de instituições de ensino utilizando critérios sustentáveis e de eficiência energética, em todos os níveis de ensino e em todas as unidades da federação;
21. Apoiar a iniciativa do Ministério da Educação de oferecer a 10 mil escolas de ensino fundamental e outras 300 unidades de ensino médio, em 2010, por meio do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE),

- um conjunto de readequações ou reformas dos prédios escolares utilizando critérios de ecoeficiência energética e sustentabilidade;
22. Apoiar a iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social representada pela proposta de reforma de ministérios e construções de anexos dos prédios situados na Esplanada dos Ministérios, obedecendo todos os parâmetros e conceitos da construção sustentável³;
 23. Adotar princípios e métodos de construções sustentáveis, eficiência energética e uso racional de água e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos na construção, reforma e ampliação de prédios públicos;
 24. Disseminar e incentivar práticas de construção sustentável em todas as empresas públicas e privadas do país e também para mutirões, habitações sociais e autoconstruções;

C) Economia Verde e Empregos Verdes:

O processo atual de alteração das condições climáticas do planeta suscita debate e questionamento sobre a viabilidade do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na utilização intensa de combustíveis fósseis, energia não renovável e recursos naturais. Nesse contexto, considerando os impactos resultantes das mudanças do clima e o aquecimento global, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento dos países, alterando os padrões de produção, distribuição e consumo, transitando para uma economia verde, com baixa emissão de gases de efeito estufa.

Esta nova economia está baseada na consideração dos vínculos vitais entre economia, sociedade e meio ambiente, passando pela transformação de processos, modos de produção, distribuição e consumo, contribuindo para reduzir a utilização de recursos, energia e materiais, de modo a diversificar a economia, gerando ao mesmo tempo empregos verdes, promovendo o consumo sustentável e, até mesmo, reduzindo a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda.

Do diálogo desenvolvido no CDES, podemos concluir que a transição para uma economia verde é tema relevante para a agenda do Governo e da sociedade. Todavia, ficou claro, também, que a experiência brasileira nesses campos temáticos ainda é incipiente e que temos excelentes vantagens comparativas em relação ao resto do mundo, por conta da nossa liderança na produção e uso de biocombustíveis e por nossa dotação de recursos naturais e agroflorestais, entre outros exemplos. Portanto, é primordial multiplicar esses conceitos e promover ações efetivas em direção à expansão da economia verde e geração de empregos verdes (que têm como pressuposto básico o trabalho decente), principalmente na agricultura, serviços florestais e ambientais, construção civil, indústria de reciclagem e novas fontes de energia limpa e renovável.

25. Incentivar a formação de aglomerados produtivos sustentáveis (indústria, comércio e serviços) constituídos por agrupamentos estratégicos de empresas, em que os resíduos e a energia não utilizados possam ser reaproveitados gerando novos bens e serviços e contribuindo para a redução da emissão de resíduos e dos passivos ambientais;
26. Promover a ampliação da participação do transporte ferroviário e hidroviário na matriz de transportes do Brasil, a fim de reduzir os custos de transporte e diminuir o consumo de diesel e a emissão de CO₂;
27. Promover o aumento da participação do transporte dutoviário e de esteiras na matriz de transportes do Brasil, a fim de reduzir os custos de transporte e diminuir o consumo de diesel e emissão de CO₂, e também fortalecer medidas para reduzir distâncias entre fontes produtoras e consumidoras;
28. Intensificar os esforços na área de racionalização energética em transportes, sobretudo no que concerne a articulação entre o Programa Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural – CONPET/Petrobras e o Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT do Ministério dos Transportes;
29. Incentivar a criação/expansão do mercado sustentável de eficiência energética no Brasil, adequando os marcos regulatórios e implantando mecanismos modernos de comercialização de eficiência energética, tais como leilões e certificados de energia conservada (certificados brancos);
30. Dar continuidade ao processo de incorporação de energias renováveis na matriz energética brasileira - especialmente o etanol e o biodiesel - e incentivar a cogeração de energia proveniente da biomassa;
31. Disseminar os conceitos e propostas de empregos verdes e construções sustentáveis no âmbito da administração pública, do setor privado, das entidades representativas dos trabalhadores, das instituições de ensino, das organizações da sociedade civil e dos meios de comunicação de massa;
32. Incorporar os empregos verdes na política de formação, qualificação e requalificação profissional e ainda na criação de novos negócios, pois a experiência recente mostra que a economia verde gera novas oportunidades de emprego e renda, e as estatísticas revelam que o Brasil carece de mão-de-obra nas áreas de eficiência energética, construções sustentáveis e energias alternativas;

D) Políticas para a Sustentabilidade e Eficiência Energética:

As transformações propostas exigem fortes medidas de política pública e a criação e modificação de normas, leis e instituições para conferir segurança e solidez às novas ações de governo e às parcerias com a sociedade civil e o setor privado.

³ No estágio atual a proposta se encontra em processo de avaliação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para viabilizar a licitação de uma Parceria Público-Privada (PPP) visando a recuperação dos dois prédios que estão sob sua responsabilidade, que poderá servir de referencial para os outros blocos e para outros prédios públicos. A proposta recebeu a denominação provisória de Esplanada Sustentável. Dada a importância e urgência de implementar essa proposta, estuda-se a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio da Empresa Brasileira de Projetos (EBP).



Portanto, no entendimento do CDES, as políticas voltadas para a sustentabilidade e eficiência energética deverão constituir a plataforma para o lançamento de diversas ações governamentais que possibilitem o ambiente propício para a expansão das medidas necessárias às mudanças efetivas nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, em linha com as análises, recomendações e sugestões contidas neste relatório.

Além disso, deve-se ressaltar a importância de o governo empregar seu capital político para dialogar com o setor privado e a sociedade civil no sentido de remover óbices e dificuldades que possibilitem avançar no sentido de adoção de ações de promoção da eficiência energética e da sustentabilidade na esfera pública, que dependem do comprometimento de atores não governamentais.

33. Utilizar o poder de compra do governo para aquisição de bens e serviços com critérios de sustentabilidade, conferindo prioridade àqueles fabricados no Brasil;
34. Mobilizar permanentemente a sociedade brasileira no combate ao desperdício de energia, alimentos, água e recursos florestais, promovendo a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, por meio da educação formal e não formal e de campanhas publicitárias em diferentes mídias;
35. Ampliar o debate no governo e em todos os setores da sociedade brasileira sobre mobilidade urbana e qualidade de vida nas cidades, enfatizando a necessidade de incrementar o uso de transportes coletivos nas cidades brasileiras em substituição ao transporte individual e fomentar a construção de ciclovias;
36. Priorizar a eficiência energética e as energias limpas e renováveis na Política Nacional de Energia, de forma a avançar na sustentabilidade da matriz energética brasileira;
37. Instituir a Política Nacional de Eficiência Energética e criar um Conselho Nacional de Eficiência Energética, de caráter interministerial, para coordenar a implementação, monitoramento e avaliação desta Política;
38. Criar e implantar uma institucionalidade nova, devidamente preparada em termos técnicos, financeiros e materiais, que articule todas as agências federais, estaduais e municipais e seja um eixo propulsor das ações de apoio à inovação em eficiência energética e energias renováveis;
39. Implementar, até dezembro de 2009, o Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf, de forma a viabilizar as diretrizes, objetivos e metas do Plano Nacional de Energia – 2030;
40. Ampliar e fortalecer programas e projetos de eficiência energética e de construções sustentáveis nos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e em todos os níveis de governo (União, estados e municípios) tomando como referencial as experiências bem sucedidas em instituições de ensino federais e estaduais;
41. Adotar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira;
42. Negociar com o setor privado e com representantes dos consumidores a adoção compulsória da Etiqueta de Consumo Veicular;
43. Implementar ações de Certificação de Escolas Sustentáveis, com participação efetiva da comunidade escolar;
44. Universalizar, até 2015, o acesso à energia elétrica em todas as regiões do país, buscando incorporar mecanismos de construções sustentáveis e de autogeração de energia;
45. Universalizar o acesso à energia elétrica no sistema escolar e nas escolas, especialmente as situadas na área rural, em quilombolas e em aldeias indígenas;

E) Ampliação da participação da sociedade civil nos debates e fóruns sobre sustentabilidade, energia e mudanças do clima:

O quadro climático mundial atual é desafiante. Verifica-se com maior frequência a ocorrência de eventos extremos, como tempestades torrenciais e degelo de geleiras perenes. Considerando o fato de que os impactos da mudança do clima atingem, de forma mais intensa, a parcela da população mais desprovida de recursos, entendemos que a discussão não deve ser realizada apenas pelo governo, comunidade científica e organizações não governamentais.

A sociedade civil é um ator essencial no diálogo nacional e internacional sobre as mudanças do clima e sua participação em debates e fóruns sobre esse tema, bem como em temas correlatos, deve ser consideravelmente ampliada. As discussões e negociações recorrentes sinalizam que os países devem assumir responsabilidades (comuns, porém diferenciadas) no sentido de diminuir a emissão de gases de efeito estufa a partir da realização da COP – 15 na Dinamarca. Portanto, a ampliação da participação da sociedade deverá conferir robustez e perenidade às políticas adotadas e assegurar o controle social dos compromissos assumidos pelo governo, pelo setor privado e pela sociedade civil para enfrentar as mudanças do clima e mitigar os seus efeitos. Tudo isso sem causar prejuízos ao crescimento sustentável do país e a progressiva redução das desigualdades econômicas, sociais e regionais.

1. Promover a participação ativa do CDES nas discussões para atualização do Plano Nacional de Mudanças Climáticas;
2. Ampliar o papel social das empresas de comunicação (TVs, rádios e jornais) na difusão de temas relacionados à sustentabilidade, educação ambiental e eficiência energética;
3. Incorporar a sustentabilidade e a eficiência energética na Política de Comunicação do Governo Federal;
4. Promover a inserção de novos atores econômicos e sociais nos Conselhos de Política Energética, Política Ambiental e no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.



DECLARAÇÃO FINAL DA PRIMEIRA MESA-REDONDA DA SOCIEDADE CIVIL UE – BRASIL

Bruxelas, 7 – 8 de Julho de 2009.

A Mesa-Redonda da Sociedade Civil UE-Brasil é um órgão permanente de diálogo e cooperação entre as sociedades civis de ambas as partes. Contribuiu para reforçar as relações bilaterais entre o Brasil e a União Europeia no âmbito da Parceria Estratégica UE-Brasil instituída em 2007. Foi criada com base nas recomendações da Segunda Cúpula dos Chefes de Estado UE-Brasil, realizada no Rio de Janeiro, em 2008.

A Mesa-Redonda UE-Brasil é constituída pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) brasileiro e pelo Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). Ambas as partes comprometem-se a promover consultas, o diálogo e a troca de pontos de vista sobre todos os assuntos abrangidos pela Parceria Estratégica.

A Mesa-Redonda ressalta o seu empenho na aplicação integral do capítulo sobre o diálogo da sociedade civil do Plano de Ação Conjunto UE-Brasil.

A Mesa-Redonda reunir-se-á duas vezes por ano. As suas recomendações são transmitidas às instituições europeias e ao Governo brasileiro, para serem levadas em consideração pela Cúpula de Chefes de Estado UE-Brasil, que se realiza anualmente.

As consequências sociais da crise econômica e a questão dos recursos energéticos e as alterações climáticas foram debatidas na primeira Mesa Redonda da Sociedade Civil UE-Brasil.

Nesta reunião, ficou evidente que para fazer face a estes dois aspectos há necessidade de medidas políticas coerentes e coordenadas.

A atual crise, que foi provocada por regulamentação financeira inadequada, deve converter-se numa oportunidade para reduzir as desigualdades e criar as bases do desenvolvimento sustentável, o que implicará, igualmente, um amplo empenho por mais democracia, solidariedade e justiça, de forma a contribuir para um novo modelo de desenvolvimento e uma melhor governança. A UE e o Brasil podem assumir um papel de liderança neste contexto.

As reuniões do G-20 são um passo positivo na boa direção. Recomenda-se igualmente o alargamento do número de países que participam no diálogo global.

A nova governança global deve submeter as atuações do FMI, do Banco Mundial e dos bancos de desenvolvimento também a condicionalidades sociais e ambientais. Neste contexto, há que reforçar o papel da OIT.

Os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil têm um papel essencial a desempenhar num tal projeto global. Deve ser dada prioridade à criação de um novo modelo econômico e social que tenha como componentes essenciais uma elevada proteção social, normas ambientais e o diálogo social, bem como a participação da sociedade civil organizada na elaboração de políticas.

Consequências sociais da crise econômica

Esta crise está afetando todos os países, nomeadamente os mais pobres e as camadas mais vulneráveis da sociedade. O modelo neoliberal de globalização conduziu ao agravamento das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento. Contudo, o impacto da crise tem sido menor nos países que mantiveram um elevado nível de proteção social.

A Mesa-Redonda salienta que um verdadeiro desenvolvimento sustentável significa redirecionar os planos para enfrentamento da crise para objetivos sociais e ambientais viáveis. É essencial que as organizações de empregadores e de trabalhadores, bem como todos os outros intervenientes, participem na elaboração e na execução das políticas com vista a superar as crises.

O emprego, o apoio às pequenas e médias empresas, a proteção social, a transição para uma economia de baixo carbono e o desenvolvimento sustentável devem ser prioridades nos atuais planos para enfrentamento da crise.

As ajudas às instituições financeiras devem estar fortemente condicionadas à sua capacidade de concessão de crédito para o funcionamento da economia real, dando prioridade às Pequenas e Médias Empresas e exigindo contrapartidas sociais e juros compatíveis com a rentabilidade da economia real.

O aumento do investimento público pode compensar a queda do investimento privado e ter efeitos na criação de emprego. O recurso a programas de obras públicas e a realização de investimentos de monta na formação e educação são essenciais. É também muito importante o monitoramento da dívida pública orientada para a justiça social.



Importa também estimular a procura por via de políticas salariais adequadas e de transferências sociais, nomeadamente para os segmentos mais carentes da população, de forma a contribuir para a retoma econômica.

A Mesa-Redonda congratula-se com a adoção do Pacto Mundial para o Emprego da OIT e apela à sua rápida aplicação.

Cabe a todos os atores econômicos e sociais, em cooperação com os governos, um papel fundamental na promoção do trabalho digno, na luta contra o trabalho infantil e o trabalho forçado, no reforço da inclusão social, em particular, dos migrantes e das minorias, na promoção do emprego juvenil, na diminuição das desigualdades e na redução dos níveis de atividade econômica informal.

A Mesa-Redonda realça o impacto negativo que um retorno ao protecionismo pode ter em todos os países.

A Mesa-Redonda congratula-se com o diálogo setorial sobre questões sociais e de emprego entre o Brasil e a UE no âmbito do primeiro Plano de Ação Conjunto. Exprime a vontade de contribuir ativamente para esse diálogo e propõe-se nele participar, enquanto órgão consultivo, a fim de transmitir os pontos de vista, as melhores práticas e a experiência da sociedade civil.

Recursos energéticos e alterações climáticas – Observações preliminares

As alterações climáticas atingirão todos os países e, em especial, os países pobres e as populações vulneráveis e terão repercussões importantes em regiões menos desenvolvidas.

A Mesa-Redonda congratula-se com o compromisso político do Brasil e da UE em aumentarem a produção sustentável e a utilização de energias renováveis, como contribuição essencial para o desenvolvimento sustentável e para a luta contra as emissões de carbono.

As organizações da sociedade civil deverão participar mais em programas destinados a promover uma utilização e exploração responsável dos recursos naturais com o menor prejuízo possível para o ambiente.

Os governos e as autoridades competentes devem reforçar o diálogo com os parceiros sociais e outras organizações da sociedade civil quando da elaboração e aplicação de novas políticas destinadas a enfrentar as consequências econômicas e sociais das alterações climáticas. As enormes potencialidades de criar empregos verdes especialmente em sectores como as energias renováveis, a investigação, a inovação tecnológica, a educação, a agricultura e a silvicultura devem ser exploradas.

Uma utilização sustentável dos recursos energéticos só pode ganhar com iniciativas destinadas a esclarecer e informar o público em geral, os consumidores e os clientes, implicar as organizações da sociedade civil e responsabilizar os agentes socioeconômicos.

A Mesa-Redonda da Sociedade Civil UE-Brasil regozija-se com a abertura de diálogos setoriais sobre a promoção de uma parceria ambiental para o desenvolvimento sustentável e o reforço da cooperação em matéria energética no âmbito do Plano de Ação Conjunto UE-Brasil e propõe-se participar nesses diálogos enquanto órgão consultivo a fim de dar uma contribuição da sociedade civil para estas questões.

A Mesa-Redonda examinará de maneira aprofundada na próxima reunião (Brasília, 7 e 8 de Dezembro de 2009) questões como a aplicação de convenções internacionais sobre o ambiente e a matriz energética mundial.

A declaração final será apresentada às autoridades políticas do Brasil e da União Europeia e, tal como previsto no Plano de Ação Conjunto UE-Brasil, será transmitida à próxima Cúpula de Chefes de Estado UE-Brasil, a realizar em Outubro de 2009, em Estocolmo.

A Mesa-Redonda apela às autoridades europeias e brasileiras para que convidem os co-presidentes da Mesa-Redonda a apresentar estas recomendações à Cúpula de Chefes de Estado UE-Brasil.

Tendo em conta a existência da Cúpula Empresarial UE-Brasil, a Mesa-Redonda apela a que os outros atores econômicos e sociais, em especial os trabalhadores, sejam estreitamente associados às atividades das Cúpulas dos Chefes de Estado UE-Brasil.

Esta obra foi editorada e impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460 - Brasília-DF
Tiragem: 500 exemplares



**Secretaria de
Relações Institucionais**

